



ACADEMIA MILITAR

Delinquência Juvenil: o Processo de Socialização, a Vitimização e a Atuação da Guarda Nacional Republicana

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Marcos Rubén Bordalo
Ferreira**

Orientador: Capitão de Infantaria da GNR Paulo Alexandre Ferro Cabrita

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2012**



ACADEMIA MILITAR

Delinquência Juvenil: o Processo de Socialização, a Vitimização e a Atuação da Guarda Nacional Republicana

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Marcos Rubén Bordalo
Ferreira**

Orientador: Capitão de Infantaria da GNR Paulo Alexandre Ferro Cabrita

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2012**

Dedicatória

Aos meus pais e ao meu irmão,
as pessoas mais importantes da minha vida.

Agradecimentos

O presente trabalho de investigação contou com o contributo de algumas pessoas sem as quais, a realização do mesmo não teria sido possível. A estas pessoas quero deixar aqui o meu, mais profundo, agradecimento.

Agradeço ao Capitão Paulo Cabrita, meu orientador, por todo o apoio que me deu ao longo deste trabalho. A sua orientação, a sua disponibilidade e o seu profissionalismo foram um forte contributo para a realização deste trabalho.

Agradeço à Alferes Maria Peixoto, Comandante do Destacamento Territorial do Montijo, pelo contributo fundamental que teve para a realização deste trabalho de investigação e pela disponibilidade e consideração demonstrada.

Agradeço ao 1.º Sargento Cunha, Comandante do Posto Territorial de Alcochete, pela entrevista concedida e pela disponibilidade demonstrada.

Agradeço aos militares da Secção de Programas Especiais do DTer. Montijo, pela entrevista concedida e pela disponibilidade demonstrada.

Agradeço ao Agrupamento de Escolas de Alcochete pela forma como me acolheram no seio da sua instituição e por toda a disponibilidade que me dispensaram.

Agradeço à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alcochete pela entrevista concedida e pela disponibilidade demonstrada.

Agradeço ao professor Rod Stuart, pela sua colaboração na elaboração do *abstract* deste trabalho.

Agradeço a todos os camaradas do meu curso por tudo.

A todos, um muito Obrigado.

Resumo

O presente trabalho de investigação aplicada, subordinado ao tema “Delinquência Juvenil: o Processo de Socialização, a Vitimização e a ação da Guarda Nacional Republicana”, aborda a problemática da delinquência juvenil, relacionando-a com o processo de socialização e com a possibilidade de determinados agentes privilegiados neste processo, como a Escola, a Família, a CPCJ ou a Câmara Municipal, intervirem ativamente na prevenção deste fenómeno.

Visto o objeto de estudo ser bastante abrangente delimitou-se o meio de investigação ao Concelho de Alcochete.

Assim, os objetivos propostos para esta investigação consistem: em identificar formas de, os agentes de socialização referidos, participarem ativamente na prevenção da delinquência juvenil; perceber qual a importância do bom relacionamento entre a GNR e estes agentes na prevenção deste fenómeno; identificar as limitações da GNR neste âmbito; identificar medidas que, na perceção da GNR, poderiam ou deveriam ser tomadas na prevenção da delinquência juvenil e ainda analisar a interação da Guarda com estes agentes.

Por forma a cumprir os objetivos propostos, foram aplicadas entrevistas do tipo estruturadas a dois universos distintos: um universo A, constituído por militares cuja função está diretamente relacionada com crianças e por militares com função de comando; e um universo B, constituído por sujeitos com função de direção, tanto do do Agrupamento de Escolas de Alcochete, como da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens.

Desta investigação conclui-se que as parcerias, comumente associadas aos conceitos de policiamento de proximidade e cidadania são, na perspetiva do referido universo A, uma das formas que determinados agentes de socialização têm de participar ativamente na prevenção da delinquência juvenil. Chega-se também à conclusão que o bom relacionamento entre instituições é fundamental na não verificação deste fenómeno. A falta de meios e recursos, a par da inadequada formação dos militares da Guarda neste âmbito, constituem as maiores limitações da Guarda neste âmbito.

Palavras-chave: Delinquência Juvenil, Socialização, Policiamento de Proximidade, Cidadania.

Abstract

The current Applied Investigation Worksheet, entitled “Juvenile Delinquency: Socialization Process, Victimization, and the performance of Guarda Nacional Republicana”, concerns the issue of juvenile delinquency and its social problems. It also seeks to find out whether certain agents such as: School, Family, CPCJ or City Council could actively intervene in preventing this phenomenon.

Since the object of this study is very comprehensive, the environment of this study was limited to the County of Alcochete.

The objectives of this investigation are: to identify in what ways above agents may participate actively in preventing juvenile delinquency; to emphasize the importance of a good relationship between the GNR and these agents in preventing juvenile delinquency; to identify the GNR limitations in preventing this issue in the County of Alcochete; to identify measures that, from the viewpoint of the GNR, could or should be taken to prevent juvenile delinquency.

To fulfill these objectives, there were structured interviews in two universes: universe A, constituted of elements of the GNR which deal with children more directly and commanders of the local GNR; and universe B, constituted of subjects with manager functions in the Agrupamento de Escolas de Alcochete and in the Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

The results of this investigation show that partnerships, commonly associated with proximity policing and citizenship are, in the viewpoint of universe A, one of the ways that certain socialization agents have to actively participate in preventing juvenile delinquency. It is also concluded that a good relationship between these institutions is essential in minimizing this phenomenon.

Keywords: Juvenile Delinquency, Socialization, Proximity Policing, Citizenship.

Índice geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice de figuras	ix
Índice de quadros	x
Lista de apêndices.....	xi
Lista de Abreviaturas, Acrônimos e Siglas	xii
Epígrafe	xiii
Capítulo - 1 Introdução.....	1
1.1. Enquadramento da Investigação	1
1.2. Importância e Justificação do Tema	1
1.3. Objeto da investigação.....	2
1.4. Definição de objetivos	3
1.5. Metodologia.....	3
1.6. Enunciado da estrutura do trabalho.....	4
Capítulo 2 - Revisão da Literatura	6
2.1. Introdução	6
2.2. Delinquência Juvenil.....	6
2.2.1. Evolução.....	8
2.2.2. Enquadramento Legal	9
2.3. O Processo de Socialização	11
2.3.2. Agentes de Socialização.....	14
2.3.3. Conformidade e Desvio.....	16
2.4. Teorias Explicativas da Delinquência.....	16
2.5. A Guarda Nacional Republicana	18

2.6. A Nova <i>Governance</i> da Segurança	19
Capítulo 3 - Metodologia e Procedimentos	22
3.1. Introdução	22
3.2. Hipóteses.....	22
3.3. Método de recolha de dados	23
3.4. Método da análise de dados	24
3.5. Universo – Composição e Justificação	24
3.5.1. Caraterização do Meio	25
3.5.2. Seleção dos Sujeitos	26
Capítulo 4 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados	28
4.1. Introdução	28
4.2. Apresentação, Análise e Discussão de Resultados do Universo A.....	28
4.2.1. Pergunta n.º 1	28
4.2.2. Pergunta n.º 2	30
4.2.3. Pergunta n.º 3	33
4.2.4. Pergunta n.º 4	35
4.2.5. Pergunta n.º 5	37
4.2.6. Pergunta n.º 6	39
4.2.7. Pergunta n.º 7	41
4.2.8. Pergunta n.º 8	43
4.2.9. Pergunta n.º 9	44
4.3. Análise, Apresentação e Discussão de Resultados do Universo B.....	46
4.3.1. Análise e Discussão do Tema 1.....	46
4.3.2. Análise e Discussão do Tema 2.....	47
Capítulo 5 - Conclusões e Recomendações	50
5.1. Introdução	50
5.2. Verificação das Hipóteses.....	50
5.3. Resposta à Pergunta de Partida	52
5.4. Reflexões Finais e Recomendações	53
5.5. Limitações da Investigação.....	54
5.7. Investigações Futuras.....	54

Referências bibliográficas.....	56
Apêndices.....	59
Apêndice A Análise Literária do Tema	60
Apêndice B Carta de Apresentação	62
Apêndice C Guião da Entrevista ao Universo A	64
Apêndice D Guião da Entrevista ao Universo B	65
Apêndice E Tabela Temática 1	66
Apêndice F Tabela Temática 2	68

Índice de figuras

Figura n.º 1 - N.º de casos de delinquência juvenil participados e registados nos últimos dez anos	8
---	---

Índice de quadros

Quadro n.º 1 - Ações desenvolvidas pela GNR no âmbito escolar em Alcochete	26
Quadro n.º 2 - Caracterização do universo A	27
Quadro n.º 3 - Caracterização do universo B	27
Quadro n.º 4 - Apresentação de resultados da pergunta n.º1	29
Quadro n.º 5 - Apresentação de resultados da pergunta n.º2	31
Quadro n.º 6 - Apresentação de resultados da pergunta n.º3	33
Quadro n.º 7 - Apresentação de resultados da pergunta n.º2	35
Quadro n.º 8 - Apresentação de resultados da pergunta n.º5	38
Quadro n.º 9 - Apresentação de resultados da pergunta n.º6	39
Quadro n.º 10 - Apresentação de resultados da pergunta n.º7	41
Quadro n.º 11 - Apresentação de resultados da pergunta n.º8	43
Quadro n.º 12 - Apresentação de resultados da pergunta n.º9	44

Lista de apêndices

Apêndices

Apêndice A	Análise Literária do Tema
Apêndice B	Carta de Apresentação
Apêndice C	Guião de Entrevista ao Universo A
Apêndice D	Guião de Entrevista ao Universo B
Apêndice E	Tabela Temática 1
Apêndice F	Tabela Temática 2

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

Art.º	Artigo
Cf.	Conforme
CM	Câmara Municipal
CP	Código Penal
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRP	Constituição da República Portuguesa
DTer	Destacamento Territorial
EB	Escola Básica
FA	Forças Armadas
FS	Forças de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
LPCJ	Lei de Proteção de Crianças e Jovens
LTE	Lei Tutelar Educativa
n.º	Número
NES	Núcleo Escola Segura
OTM	Organização Tutelar de Menores
PTer	Posto Territorial
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SPE	Seção de Programas Especiais
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada

Epígrafe

“A segurança deve ser alimentada pela segurança mútua.”

Sêneca

Capítulo 1

Introdução

1.1. Enquadramento da Investigação

No âmbito do término do curso na Academia Militar, é exigido aos alunos tirocinantes a realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). O TIA tem, como objetivo geral, a aplicação das competências e aptidões desenvolvidas ao longo do curso, sendo que, o próprio tema deve estar subordinado a temáticas relacionadas com a segurança.

Assim, o título atribuído a este TIA foi “Delinquência Juvenil: o Processo de Socialização, a Vitimização e a Atuação da Guarda Nacional Republicana”.

1.2. Importância e Justificação do Tema

“Num mundo em que a problemática da segurança assume importância inegável no nosso quotidiano, os comportamentos ditos de delinquência juvenil serão, certamente, o grande desafio às comunidades e às forças de segurança, neste século.” (Maximino, 2000).

Este fenómeno deixa a sociedade perplexa, pois os jovens¹, que se encontram no cerne da verificação do mesmo são os “filhos da sociedade” e ao mesmo tempo o “futuro” dela.

Tal como o ex-Inspetor-geral da Administração Interna refere na frase acima apresentada, a delinquência juvenil é incontornavelmente um dos grandes desafios da sociedade e das forças de segurança. E, tendo em conta que “a segurança é cada vez mais um bem público que deve ser coproduzido pelo conjunto dos actores sociais (Oliveira, 2006, p.15), a prevenção deste fenómeno parece passar pela ação conjunta entre a sociedade e as forças de segurança.

¹ Ao longo deste trabalho de investigação os termos “jovens” e “crianças” são utilizados indistintamente.

² Exemplo disso é o caso da morte de uma criança de 12 anos, em Mirandela, que se atirou ao rio porque

1.3. Objeto da investigação

De acordo com Giddens (2010, p. 644), “todas as investigações partem de um problema a investigar”.

Relativamente à problemática da delinquência juvenil, há que ter em conta que, “quando comportamentos violentos são praticados por jovens é quase inevitável perguntar por que é que isso acontece e o que pode ser feito para diminuir a sua probabilidade de ocorrência” (Negreiros, 2001, p. 7). E tendo em conta que, a prevenção de problemas complexos, exige respostas interdisciplinares e multifacetadas (Oliveira, 2006), é neste âmbito que surge o motivo desta investigação, em formas de prevenção que, segundo Simões (1998, p. 96), estarão relacionadas com “o grau de participação cívica numa dada sociedade, i.e. com o conceito de cidadania...”. E esta participação cívica deve ser ativa e deve efetuar-se por agentes privilegiados no contato com as crianças e com uma maior presença no processo de desenvolvimento destas.

Assim, do pensamento lógico acima apresentado, surge a pergunta de partida deste trabalho de investigação: “Na perceção da Guarda Nacional Republicana (GNR) de que forma podem determinados agentes de socialização ter uma participação ativa na prevenção da delinquência juvenil no Concelho de Alcochete?”. Esta é uma pergunta que se divide em três domínios. O primeiro domínio tem a ver com a perceção que a Guarda tem, de determinados de socialização e do papel que estes podem desempenhar na prevenção da delinquência juvenil. Num segundo domínio, inserem-se determinados agentes de socialização. Este conceito, surge da necessidade de definir, de forma simplificada, um dos universos a estudar. Determinados agentes de socialização são, então, agentes de socialização que, devido ao seu relacionamento com a Guarda e à sua importância na comunidade infantil, têm especial pertinência para este estudo. Assim, no âmbito deste trabalho de investigação, são considerados determinados agentes de socialização a escola, a família, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e a Câmara Municipal (CM). Por fim, no terceiro domínio tem a ver com a relação entre a aplicação do conceito de participação ativa com a prevenção da delinquência juvenil.

1.4. Definição de objetivos

Após identificar o problema e a pergunta de partida que originaram o desenvolvimento deste trabalho de investigação, foram definidos os objetivos do mesmo. Assim, os objetivos definidos para este trabalho de investigação foram os seguintes:

- Identificar formas de determinados agentes de socialização terem uma participação ativa na prevenção da delinquência juvenil.
- Perceber qual a importância do bom relacionamento entre a GNR e estas entidades, na prevenção da delinquência juvenil.
- Identificar as limitações da Guarda na prevenção da delinquência juvenil.
- Identificar medidas que, na perceção da GNR, poderiam ser tomadas na prevenção de delinquência juvenil.
- Analisar a interação da Guarda com determinados agentes de socialização, na perspetiva destes agentes.

Da conjugação da pergunta de partida com os objetivos deste trabalho de investigação resultaram as seguintes perguntas derivadas:

PD1: Qual a importância da intervenção da GNR no processo de socialização?

PD2: Qual a importância de existir um bom relacionamento entre a GNR e determinados agentes de socialização na prevenção da delinquência juvenil?

PD3: Que medidas podem ser tomadas para melhorar a prevenção da delinquência juvenil?

PD4: Quais as limitações da GNR na prevenção da delinquência juvenil, percecionadas pela própria?

PD5: Como é percecionado, por determinados agentes de socialização, o seu papel na prevenção da delinquência juvenil?

PD6: Como é percecionado, por determinados agentes de socialização, o papel da GNR na prevenção da delinquência juvenil?

1.5. Metodologia

De forma a atingir os objetivos propostos, efetuou-se um desenho de investigação. Um desenho de investigação é um plano lógico criado pelo investigador, por forma a este

obter respostas às suas questões de investigação ou às hipóteses formuladas (Fortin, 2009). Para o mesmo autor (2009), um desenho de investigação deve conter alguns elementos, entre os quais: o meio de investigação, o método de investigação, método de recolha de dados, o método de tratamento e análise dos dados e algumas estratégias utilizadas.

O meio de estudo desta investigação é o Concelho de Alcochete, pois é sobre fenómenos que se verificam neste que a investigação recai. Relativamente ao método de investigação, este trabalho trata-se de um estudo de caso, pois, traduz-se numa investigação aprofundada de uma realidade específica (Fortin, 2009).

O método de recolha de dados utilizado foi a entrevista do tipo estruturada. Os sujeitos selecionados para a aplicação das entrevistas foram divididos em dois universos: Universo A, constituído por elementos da Guarda e Universo B, constituído por determinados agentes de socialização. De forma a analisar os dados recolhidos das entrevistas utilizaram-se métodos de análise descritivo-interpretativos e de categorização para o Universo A e B, respetivamente.

1.6. Enunciado da estrutura do trabalho

O presente trabalho de investigação está dividido em cinco capítulos: a introdução, a revisão da literatura, a metodologia e procedimentos e a apresentação, análise e discussão de resultados.

Na revisão da literatura, começa-se por abordar o conceito de delinquência juvenil, tema central deste trabalho de investigação. Nesta abordagem, procede-se à definição do conceito de delinquência juvenil e à diferenciação deste de outros com que muitas vezes é confundido. Após a concetualização destes termos, aborda-se a evolução do fenómeno nível nacional. Por fim, analisam-se os preceitos legais relacionados com esta temática, a nível internacional e nacional. De seguida, aborda-se o processo de socialização. Começa-se por definir o conceito de socialização, abordando seguidamente a distinção entre os tipos de socialização, os mecanismos de socialização e ainda os conceitos de papel e estatuto social. Depois, efetua-se uma abordagem aos agentes de socialização, enumerando e analisando aqueles que têm especial importância para o desenvolvimento deste trabalho de investigação. Para finalizar, foram abordados os conceitos de conformidade e desvio, analisando a importância do processo de socialização na não verificação do desvio.

A sequência do trabalho de investigação continua, com as teorias explicativas da delinquência, na qual, se analisam algumas das teorias sociológicas mais importantes, tanto para a comunidade científica como para o desenvolvimento do presente trabalho.

Depois, aborda-se o conceito de *governance*, analisando em que consiste a nova *governance* da segurança e relacionando a com os conceitos de policiamento de proximidade, cidadania e sentimento de segurança.

Em seguida, focaliza-se a análise na Guarda Nacional Republicana, na qual é abordada sua definição e natureza e seu enquadramento no sistema de forças português. Por fim, faz-se referência à Repartição de Programas Especiais e à Escola Segura.

De seguida, no capítulo da metodologia são referidos os métodos e técnicas que foram utilizadas no trabalho de campo desta investigação. São abordados, assim, os métodos de recolha de dados e os métodos de análise de dados. É também identificado o Universo a investigar, que neste trabalho se divide em dois: o universo A, constituído por militares da Guarda com funções diretamente ligadas ao contato com crianças e por militares com funções de comando; e o universo B, constituído por determinados agentes de socialização, nomeadamente a escola, a família a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e a Câmara Municipal. Neste capítulo, são também explanadas as razões e o critério que levaram à escolha de cada método e à constituição dos universos.

Continuando, no capítulo da apresentação, procede-se à análise e discussão de resultados, onde, depois de apresentados os dados recolhidos no trabalho de campo, estes são analisados, procurando relacionar esses dados com as temáticas apresentadas na revisão da literatura.

Por fim, no capítulo das conclusões são verificadas as hipóteses desta investigação, respondendo às perguntas derivadas e à pergunta de partida. São ainda efetuadas algumas recomendações e enumeradas as limitações do presente trabalho de investigação.

Capítulo 2

Revisão da Literatura

2.1. Introdução

No presente capítulo, procede-se a uma concetualização de alguns termos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho de investigação. Efetua-se, também, uma descrição evolução da delinquência juvenil, seguida de um breve enquadramento legal acerca da mesma.

De seguida, aborda-se o conceito de socialização, fazendo referência aos tipos e aos mecanismos de socialização. É, também, feita referência aos conceitos de conformidade e desvio e a certos agentes de socialização. Depois, são explanadas algumas das teorias explicativas da delinquência juvenil.

É feita também uma breve contextualização acerca da Guarda Nacional Republicana, fazendo referência à sua definição e sua natureza e ao seu enquadramento no Sistema de Forças Nacional. Neste âmbito, surge também a necessidade de efetuar uma abordagem a conceitos como o policiamento de proximidade, a cidadania e a segurança ativa e o sentimento de segurança.

2.2. Delinquência Juvenil

O conceito de delinquência juvenil não é um conceito consensual na comunidade científica. Existem vários conceitos semelhantes cujas diferenças são muitas vezes ignoradas aquando de investigações científicas.

Assim, antes de desenvolver a problemática da delinquência juvenil há que distinguir alguns conceitos e que explicar qual a definição optada para o desenvolvimento deste trabalho.

Neste âmbito, para além das várias perspetivas das ciências que estudam este fenómeno, como a psicologia, a sociologia ou a criminologia, há três conceitos que, de antemão, importa aqui diferenciar: delinquência, crime e comportamento antissocial.

Para Negreiros (2001, p. 14), um delinquentes é “...o individuo que praticou actos dos quais resulta uma condenação dos tribunais”. Já o conceito de crime é definido “como todo o comportamento – e só esse – que a lei tipifica como tal” (Machado, 2008, p. 29). O conceito de comportamento antissocial, para Negreiros (2001, p. 12), traduz-se numa “vasta gama de actividades como actos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, de um modo geral, uma violação das normas ou de expectativas sociais.” (2001, p. 12). Desta forma, pode-se deduzir que o conceito de comportamento antissocial é mais abrangente do que o conceito de delinquência e de crime, podendo abranger os dois. Após a distinção entre estes conceitos, é importante abordar agora o conceito de delinquência juvenil.

Para Ferreira (1997, p. 916), a delinquência juvenil surge como “uma construção social ou institucional em torno da qual se reúnem definições e ideias sobre situações e comportamentos que contrastam com o conceito ideal que temos da infância e da juventude.” O mesmo autor (1999) defende que o conceito de delinquência juvenil pode ser abordado de duas perspetivas diferentes: num sentido restrito e num sentido lato. Num sentido lato, para Ferreira (1999, p. 916), delinquência juvenil pode ser “todo o tipo de infracção criminal que ocorre durante a infância e a adolescência”. Segundo Ferreira (1999, p. 916), no seu sentido restrito delinquência juvenil, refere-se ao

“...conjunto de respostas e intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infracções criminais ou exibem comportamentos potencialmente delinquentes, nomeadamente nos casos em que existe grave negligência familiar ou em que as crianças ou adolescentes revelam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem.”

Ferreira (1999) aponta ainda que apesar do facto de comportamentos desviantes e desajustados poderem não constituir infracções criminais, podem, ainda assim, ser inseridos na esfera conceptual de delinquência juvenil.

Apesar de, se verificar distinção entre os conceitos suprarreferidos, ao longo deste trabalho de investigação, os termos comportamento antissocial, delinquência e criminalidade serão utilizados indistintamente, adotando-se a definição mais abrangente de Negreiros.

Outra problemática que aparece constantemente ligado à delinquência juvenil, é o *bullying*. Este é um conceito relativamente recente mas que tem vindo a ganhar grande visibilidade no seio da sociedade.² Para Pereira (2002), o conceito de *bullying* identifica-se “pela intencionalidade de magoar alguém, que é vítima e alvo do acto agressivo, enquanto os agressores manifestam tendência a desencadear, iniciar, agravar e perpetuar situações em que as vítimas estão numa posição de defesa”.

Outro conceito relacionado com esta temática é o conceito vitimização. Vitimização traduz-se no ato de tornar alguém vítima, ou de ser tornado vítima por ação de outrem. Ou seja, este termo, pode ser abordado de diferentes perspetivas. Relativamente a este conceito, importa referir que as vítimas de delinquência juvenil, tanto fora da escola como na escola, não são exclusivamente crianças.

2.2.1. Evolução

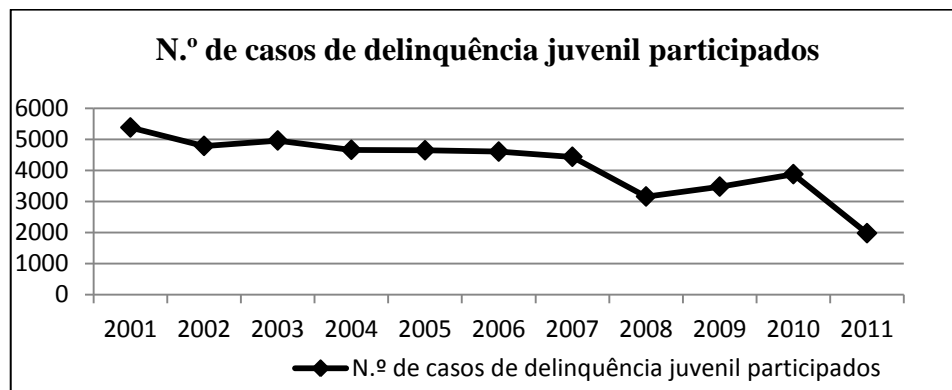


Figura n.º 1 - N.º de casos de delinquência juvenil participados e registados nos últimos dez anos

Relativamente à evolução deste fenómeno, através da análise dos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) dos últimos dez anos, chega-se à conclusão que a nível nacional, de ano para ano apenas se tem assistido a ligeiras variações na verificação deste

² Exemplo disso é o caso da morte de uma criança de 12 anos, em Mirandela, que se atirou ao rio porque vinha sendo vítima de *bullying*. Fonte: <http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?channelid=00000181-0000-0000-0000-000000000181&contentid=B03F6E31-5540-4FEA-B33B-0819FF64B6DD&h=8>, visitado em 20/07/2012 às 01:00.

fenómeno, com exceção do ano 2011, em que a percentagem de crimes participados relacionados com delinquência juvenil reduziu quase para metade.

2.2.2. Enquadramento Legal

A nível internacional vários esforços têm sido feitos no âmbito do direito das crianças, de forma a se poder uniformizar procedimentos e garantir que se tem especial cuidado em qualquer tipo de procedimento, visto se estar a lidar com menores. Entre outras ações tomadas há que realçar, a nível internacional, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, as Regras Beijing e os Princípios Orientadores de Riade.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças entrou em vigor em 2 de Setembro de 1990. No art.º 1.º desta Convenção encontra-se definido o conceito de criança como “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.”. Neste artigo há uma referência à idade de imputabilidade, sendo que se avança com um limite, mas deixando alguma discricionariedade no que diz respeito à aplicação das leis nacionais. Nesta convenção há ainda que atentar no art.º 40.º, que enumera uma série de procedimentos que devem ser adotados no caso de uma criança infringir a lei penal. (Santos, 2004).

No que diz respeito às Regras Beijing, ou Regras das Nações Unidas para a Administração de justiça a Menores, há também que referir alguns pontos essenciais, nomeadamente as Regras n.º 4, n.º 11 e n.º 22. A Regra n.º 4 faz referência à idade de imputabilidade, sendo que a criança que tenha infringido a lei deve ter uma punição diferente da de um adulto. Já a Regra n.º 11, funciona como um incentivo a medidas extrajudiciais, por forma à criança não ter que passar por um processo formal. (Santos, 2004). A Regra n.º 22 sublinha a importância que é a formação para as entidades encarregadas de assuntos referentes a menores.

Relativamente aos Princípios orientadores de Riade, Santos, 2004)

“...os Princípios de Riade sublinham a importância da adoção de medidas progressivas de prevenção da delinquência juvenil e da elaboração de medidas que evitem criminalizar e penalizar um jovem por um comportamento que não case danos sérios ao seu desenvolvimento ou prejudique terceiros.”

Os Princípios de Ríade, abordam a importância do processo de socialização e do papel da família, da escola, dos meios de comunicação social e da própria sociedade neste processo.

Outras medidas foram tomadas, como por exemplo as Regras para a Proteção de Jovens Privados da Liberdade, no entanto, os assuntos abordados por estas não revelam um cariz tão importante para o desenvolvimento deste trabalho como os já mencionados.

A nível nacional, no âmbito desta problemática, há três diplomas sobre os quais atentar: a Constituição da República Portuguesa (CRP), o Código Penal (CP), a Lei de Proteção de Crianças e Jovens (LPCJ) e a Lei Tutelar Educativa (LTE).

A Constituição da República Portuguesa é a lei fundamental do nosso país. Nela vêm evidenciados os direitos fundamentais de qualquer cidadão.

Por sua vez, no Código Penal, é abordada a questão da responsabilidade penal e da inimputabilidade. Nos termos do art.º 19.º deste diploma, os menores de dezasseis anos são inimputáveis, ou seja, é-lhes excluída responsabilidade criminal.

No respeitante a legislação específica nesta matéria, há que fazer referência a dois diplomas: à Lei de Proteção de Crianças e Jovens e à Lei Tutelar Educativa. Estes dois diplomas surgem como alteração à Organização Tutelar de Menores (OTM)³, alteração esta que revoga parcialmente este diploma. Parcialmente, pois a nível de processos, este diploma continua em vigor.

Nos termos do art.º 2.º da LPCJ, o âmbito da mesma é a proteção das crianças e jovens em perigo, garantindo-lhes o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Ou seja, a LPCJ está vocacionada para a proteção de crianças.

Por sua vez, nos termos do art.º 1.º da LTE, o âmbito da Lei Tutelar Educativa é a prática de um facto qualificado como crime pela lei por crianças com as idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos. Ou seja, este diploma está vocacionado para a prática de atos criminosos por parte de crianças.

³ Decreto-lei n.º 314/78 de 27 de Outubro.

2.3. O Processo de Socialização

Aquando do seu nascimento, o ser humano é como barro por moldar. E é a partir do seu nascimento que este é iniciado num processo de moldagem – o processo de socialização.

Para perceber as definições que a seguir serão apresentadas, é necessário entender primeiro os conceitos de sociedade, cultura e personalidade. Rocher (1989) defende que, estes três conceitos constituem os três sistemas da ação social⁴. Sociedade, segundo Rocher (1989, p. 124), é “a estruturação dos elementos da ação social num conjunto de partes interdependentes que constituem uma unidade funcional...”. Existem vários tipos de sociedades⁵, cada uma com a sua cultura. Relativamente à cultura, Giddens (1997) defende que, se trata do conjunto de valores⁶ de um determinado grupo de pessoas, das normas⁷ que o grupo segue e dos bens materiais que cria. No que diz respeito à personalidade, Rocher (1989, p. 125) defende que esta é “constituída pela organização dos diferentes componentes psíquicos do ser humano: traços de temperamento ou carácter, tendências, necessidades, aptidões, atitudes, interesses...”. Pode-se deduzir, através da definição apresentada para estes três conceitos, que os mesmos são complementares e que se interligam entre si, como, aliás, sugere Rocher (1989).⁸

Com um melhor entendimento destes três sistemas, chega agora o momento de analisar o conceito de socialização. Socialização é “o processo pelo qual a pessoa internaliza as normas dos grupos em que vive...” (Horton, P. B., & Hunt, C. L., 1981, p. 77). Na mesma linha de ideias, Cohen (1981, p. 39) define socialização como o “processo através do qual o ser humano começa a aprender o modo de vida de sua sociedade, adquire uma personalidade e desenvolve a capacidade de funcionar como um indivíduo e como membro do grupo”. Para Peter Worsley (1983, p. 203), socialização é “a dinâmica da transmissão de cultura, o processo pelo qual os homens aprendem as regras e práticas dos grupos sociais.”

Rocher (1989, p.126), após interpretar os três sistemas da ação social, avança, também, com uma definição para socialização, considerando-a como “o processo pelo qual

⁴ Vide Rocher (1898, p.23-27). O autor apresenta duas definições de ação social, uma subjetiva, de Max Weber e outra objetiva, de Emile Durkheim.

⁵ Vide Giddens (1997, p. 30-45) para aprofundar a temática dos tipos de sociedades.

⁶ Giddens (1997) define valores como ideias abstratas.

⁷ Giddens (1997, p.46) define normas como “princípios definidos ou regras que se espera que o povo cumpra.

⁸ Rocher (1989) avança também com um possível quarto sistema, o sistema orgânico, no entanto o mesmo não o desenvolve em demasia por ser um aspeto da ação social “ainda pouco inventariado”.

ao longo da vida a pessoa humana aprende e interioriza os elementos socioculturais do seu meio, os integra na estrutura da sua personalidade sob influência de experiências de agentes sociais significativos e se adapta assim ao ambiente social em que se deve viver.”. Nesta definição, Rocher (1989) apresenta três aspetos fundamentais da socialização: a aquisição da cultura, que consiste na aquisição de conhecimentos, modelos, valores e símbolos, ou seja, na forma de pensar, agir e sentir, de um determinado grupo, sociedade ou civilização em que o indivíduo vive; a integração da cultura na personalidade, em que, por via da socialização, elementos da sociedade e da cultura se tornam parte integrante da estrutura da personalidade psíquica; a adaptação ao ambiente social, ou seja, a principal consequência do processo de socialização, a adaptação da pessoa ao seu ambiente social, tornando-a pertencente a um determinado grupo, família, empresa, religião, etc.

Um aspeto importante sobre o processo de socialização é que este não é estanque. Ao contrário do que algumas ideias preconcebidas poderiam fazer crer, o processo de socialização não existe apenas enquanto o ser humano é criança. O processo de socialização “começa à nascença, continua-se pela vida fora e só acaba com a morte” (Rocher, 1989, p. 127). Na mesma linha de pensamento, Giddens (2010) defende que o processo de socialização se divide em duas fases distintas: a socialização primária e a socialização secundária. Na socialização primária a família é o principal responsável pelo desenvolvimento da criança. Nesta fase o ser humano passa por um período mais intenso de aprendizagem de cultura, na qual aprende os padrões comportamentais mais básicos e ferramentas que lhe serão úteis em aprendizagens futuras. Esta fase decorre essencialmente durante a infância. A socialização secundária decorre a partir de uma fase mais tardia da infância. Esta é uma fase de grande interação social por parte do ser humano, de tal forma que outros agentes assumem parte do papel e da responsabilidade da família. Estas interações vão permitir ao ser humano aprender as normas, valores e crenças da sociedade na qual está inserido (Giddens, 2010).

Relativamente a tipos de socialização, Cohen (1981) defende que a socialização pode ocorrer de duas formas: por meios formais e por meios informais. Para Cohen (1981) as instituições militares e educacionais são dois exemplos de socialização por meios formais, pois estão bem estruturadas e transmitem valores e normas aceites pela sociedade, ou seja, estão legitimadas para tal. Por sua vez, a interação com o grupo de amigos é um exemplo de socialização por meios informais, pois nem sempre o que se transmite no seio destes grupos vai de encontro aqueles que são os valores e as normas da sociedade em que se inserem (Cohen, 1981).

É através do processo de socialização que os seres humanos aprendem os seus papéis sociais, que segundo Giddens (2010, p. 29) são “expetativas socialmente definidas seguidas pelas pessoas de uma determinada posição social”. Outros autores referem-se a esta “posição social” como *status*. Na perspetiva de Lakatos (1990, p. 91), *status* é o lugar ou posição que a pessoa ocupa na estrutura social⁹, de acordo com o julgamento coletivo ou consenso de opinião do grupo”.

Outro aspeto que tem um papel essencial neste processo é os mecanismos de socialização. Rocher (1989) apresenta dois mecanismos principais de socialização: a aprendizagem e a interiorização de outrem. Estes são dois mecanismos que apesar de serem diferenciados, estão intimamente ligados. Relativamente à aprendizagem, Rocher (1989), recorre ao estudo experimental de Pavlov, na qual o psicólogo russo conseguia fazer um cão salivar após lhe dar certos estímulos. O referido cão, passou por um processo de aprendizagem, no qual adquiriu um reflexo. E, segundo Rocher (1989, p. 133), a aprendizagem consiste nisso mesmo, na “aquisição de reflexos, hábitos, atitudes, etc., que se inscrevem no organismo e na psiché da pessoa e guiam a sua conduta”. Assim, quando é ensinado a uma criança hábitos de higiene ou de boas maneiras, esta passa por um processo de aprendizagem, através da repetição de gestos destinados a desenvolver nad crianças reflexos condicionados e hábitos (Rocher, 1989). Conclui-se então que, a repetição é um dos processos através do qual a aprendizagem se realiza. Segundo Rocher (1989), existem outros três processos: a imitação; a aplicação de recompensas e punições e as tentativas e erros.

Relativamente à interiorização de outrem, surgem conceitos como o “si-mesmo”, o “eu”, o “me” e o “meu”, conceitos, estes, apresentados por Cooley, em 1902. Este mecanismo traduz-se na ideia de que o ser humano constrói o seu “si-mesmo” através da perceção que ele tem acerca de como ele próprio é percecionado pelos outros.¹⁰

⁹ Para Lakatos (1991, p.147-148) estrutura social é “a maneira como as partes de um todo se encontram articuladas entre si”.

¹⁰ Existem ainda outras importantes teorias de desenvolvimento, como é o caso das teorias apresentadas por Freud, Mead e Piaget, no entanto estas não apresentam grande relevância para este trabalho de investigação. No entanto, vide Giddens (2010, p.91-98) para um resumo das mesmas.

2.3.2. Agentes de Socialização

Após definir o conceito de socialização e de saber quais são os mecanismos por que esta se verifica, interessa agora saber por que agentes são postos em ação esses mecanismos. Agentes estes denominados, por Rocher (1989), agentes de socialização. Já Giddens adota uma terminologia diferente designando-os por agências de socialização. A grande diferença tem a ver com o facto de para Giddens a processo de socialização se dar nestas e não por estas.

Existem vários agentes de socialização, sendo que nesta investigação apenas serão abordados os considerados mais importantes, tanto para a comunidade científica, e que por isso têm sido alvo de maior investigação, como para o desenvolvimento deste trabalho.

Assim sendo, os agentes de socialização aqui apresentados serão a família, a escola, os grupos etários, os meios de comunicação e outros agentes.

A família é considerada o principal agente de socialização. A partir do momento, em que nasce, normalmente, a criança passa a maior parte do seu tempo junto da sua família. Como foi já referido anteriormente, os pais têm um papel fundamental no processo de aprendizagem, sendo que as crianças adquirem hábitos e comportamentos semelhantes aos dos seus familiares. A família é a primeira ligação que a criança tem com a sociedade e é, através dela, que vai adquirir os padrões de educação e disciplina, assim como os valores e as normas que integram a sociedade a que agora pertence. Tal como Almeida (1994, p. 101) família é “ um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco cujos membros adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”. No entanto, e como é óbvio, o papel da família varia de cultura para cultura.¹¹

À medida que a criança vai crescendo, outros agentes começam a ter uma enorme influência na mesma, sendo talvez a escola aquele que mais se destaca. E o papel da escola é também um dos mais importantes nesta fase de moldagem da criança. Cohen (1968) defende que a educação é da máxima importância nas sociedades modernas. Para este (1968) as crianças deixam a família, não quando entram no mundo dos adultos, mas, sim, quando entram na escola. A sociedade incube à escola o papel de incutir nas crianças regras de comportamento e disciplina. E neste aspeto a escola é um agente privilegiado, pois a sua própria estrutura permite exigir tais comportamentos às crianças, como por exemplo: fazer com que não faltem a aulas, sejam pontuais ou se comportem na sala de

¹¹ E.g.: A família tradicional *Tsu*, cuja sua forma de organização está associada a atividades criminosas. (Almeida, 1994).

aulas, não tendo, comportamentos menos próprios e respeitando os restantes (Giddens, 1997). Os professores têm também um papel essencial neste aspeto, uma vez que representam para as crianças um exemplo, um modelo a seguir. Segundo Almeida (1994, p.119), a escola tem também um papel fundamental na cidadania, na medida em que “esta é uma condição indispensável para o exercício de outros direitos e deveres e potenciar formas de participação social e política”.

Outro agente, que de certa forma, pode estar ligado à escola é o grupo de pares. Este agente, também conhecido como grupo etário refere-se a grupos de crianças amigas com idades similares (Giddens, 1991). As crianças passam parte do seu tempo com os amigos e, devido a esse facto, estes tornam-se numa peça importante para a socialização das mesmas, pois neste ambiente, as crianças sentem-se mais soltas, na medida em que se verifica um sentimento de igualdade, de paridade (Giddens, 1991). E, segundo o mesmo autor (1991) é este ambiente de interação que muitas vezes leva as crianças a pôr em causa ou a testar normas.

Outro agente de socialização, cuja importância tem vindo a aumentar ao longo dos anos, são os meios de comunicação. Este aumento, prende-se com os avanços tecnológicos a que se tem vindo a assistir e com a facilidade ou normalidade com que as crianças têm acesso a eles. Santos (2010, p.37) defende que, este agente tem uma grande influência na verificação de delinquência, afirmando que “por um lado, de um modo geral, os *media* fomentam um sentimento de insegurança das populações, por outro lado, o seu discurso é grandemente responsável pela construção da juventude como uma categoria problemática”. A verdade é que, hoje em dia, qualquer criança tem acesso a um “sem número” de instrumentos que lhe permite obter informação. Informação, esta, nem sempre apropriada a uma criança. A rádio, a televisão e mais recentemente a internet são os expoentes máximos deste tipo de agente. Como é normal, cada criança gosta de imitar o seu herói, mas, cada vez mais, os heróis são sinónimos de violência e rebeldia, pelo que, muitas vezes, este agente acaba por ter uma má influência sobre a criança¹².

Existem ainda outros agentes de socialização, como as empresas, sindicatos ou a igreja. Neste lote, incluem-se também a Guarda Nacional Republicana, as Autarquias e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, sendo estes fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho de investigação.

¹² E.g.: Jovem de 24 anos que se autoproclama “joker” matou 12 pessoas em Denver na estreia do novo filme da saga Batman, cujo arqui-inimigo é o “joker”. Fonte: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2678788&seccao=EUA%20e%20Am%20E9ricas.

2.3.3. Conformidade e Desvio

Já definido o conceito de socialização e apresentados os mecanismos e os agentes, pelos quais o processo se efetiva, surge agora o momento de relacioná-lo com o tema central do trabalho – a delinquência juvenil.

Como referido anteriormente, o processo de socialização tem, como principais objetivos, a dotação do ser humano de padrões de comportamentos aceites pela sociedade, ou seja, a “standardização” de comportamentos deste, de forma, a este se comportar em conformidade com os valores e as normas da sociedade.

No entanto, por vezes, assiste-se à não verificação dessa conformidade, dando-se assim origem ao desvio, que segundo Giddens (2010, p.205) é “o que não está em conformidade com determinado conjunto de normas aceite por um número significativo de pessoas de uma comunidade ou sociedade.”. Na mesma linha de pensamento, Ferreira et al. (1995, p.429) defendem que desvio se aplica “às condutas individuais ou coletivas que transgridem as normas de uma dada sociedade, ou de um grupo”. Assim sendo, e perante estas duas definições, chega-se à conclusão que, tal como os valores e as normas mudam de sociedade para sociedade ou de grupo para grupo, também o que é considerado desvio muda consoante o cenário. Por exemplo, em sociedades como as da Europa Ocidental a poligamia pode ser considerada desvio, enquanto numa sociedade islâmica o mesmo não se verifica.

Segundo Ferreira (2000), o desvio juvenil revela-se entre os 11 e os 12 anos e desenvolve-se entre os 16 e os 17. No entanto, e como o próprio afirma, como é óbvio, existem infratores com idades inferiores a 11 anos e superiores a 17 anos.

O conceito de desvio, apesar de, consoante a perspetiva, ser também um conceito mais abrangente que o conceito de delinquência juvenil, é utilizado ao longo deste trabalho com sinónimo do mesmo.

2.4. Teorias Explicativas da Delinquência

Existem várias teorias explicativas do fenómeno delinquência e várias abordagens à razão pela qual ele se verifica.

Desde a abordagem biológica, que se apoia em teorias de causas genéticas ou orgânicas, e que se baseia na premissa de que “o que nasce torto, tarde ou nunca se

endireita”¹³, à abordagem psicológica, que se apoia, entre outras, em teorias como as de Eysenk, Megargee, Feldman e Farrington.¹⁴ Desde a abordagem sociológica, apoiada nas teorias da anomia, do controlo, da subcultura e da rotulagem, à abordagem situacional que defende que “a ocasião faz o ladrão”¹⁵, e até mesmo à teoria geral do crime. As abordagens possíveis são várias. No entanto, aquelas que são fundamentais para o desenvolvimento e compreensão da Parte II deste trabalho são as teorias da abordagem sociológica.

Uma das mais famosas teorias funcionalistas, nesta matéria, é a teoria da anomia. O conceito de anomia surge com Durkheim em 1897 num estudo que o autor desenvolve sobre o suicídio. Durkheim defendia que a delinquência e o desvio eram factos sociais, e que os mesmos eram elementos inevitáveis e essenciais para as sociedades modernas. (Giddens, 2003). Isto porque para Durkheim, a delinquência e o desvio tinham duas funções importantíssimas: uma função adaptativa, na qual, o desvio apresenta um papel inovador, de introdução de novas ideias e desafios na sociedade, proporcionando desta forma a mudança; e uma função de manutenção de limites, na qual o desvio vai provocar na sociedade uma espécie de solidariedade de grupo que vai permitir clarificar e melhorar normas sociais. (Giddens, 2003). Mais tarde em 1957, Merton, com base no conceito de anomia, constrói uma teoria acerca do desvio na qual atribui um significado diferente a este conceito. Para Merton, o principal responsável pelo desvio é a própria sociedade, por culpa da sua estrutura desorganizada, instável e contraditória. (Gonçalves, 2008). Na perspectiva de Merton, é a sociedade que encoraja ao desvio, pois, ao ser humano são transmitidos padrões culturais que dão importância à ambição e ao sucesso, no entanto os meios colocados à sua disposição para alcançar tais objetivos não são os suficientes. Perante esta situação, o ser humano vê-se obrigado a se desviar das normas para atingir os objetivos que lhe foram incutidos pela sociedade. (Gonçalves, 2008).

Uma outra teoria, neste caso na linha de pensamento interacionista, é a teoria da rotulagem ou etiquetagem. Segundo Giddens (2003), nesta teoria, o desvio não é visto como “um conjunto de características de um indivíduo ou grupos, mas como um processo de interação entre aqueles que se desviam e os que não o fazem.” Ou seja, duas ações tomadas em diferentes contextos geram diferentes leituras. Por exemplo, e tal como Giddens (2010) refere, quando se verifica um comportamento menos adequado num contexto abastado, este comportamento é visto com relativa normalidade no processo de

¹³ Provérbio popular.

¹⁴ Vide Gonçalves (2008, p.58-95) para aprofundar estas temáticas.

¹⁵ Provérbio popular.

crescimento, enquanto, se o mesmo comportamento se verificar num bairro problemático, vai ser visto como um sinal evidente de tendência delinvente. Assim, segundo esta teoria, “um acto desviante é decorre necessariamente de certas características do seu autor, que tornam a realização desse acto necessária ou inevitável” (Becker *apud* Campenhoudt, 2012), ou seja, tal como o próprio nome da teoria indica, são atribuídos rótulos aos elementos da sociedade, consoante a sua forma de vestir, a sua forma de falar, etc., e consoante esses rótulos assim um determinado comportamento pode ser percecionado como desviante ou não, tanto pelo indivíduo que o comete como por terceiros. (Giddens, 2010).

Ferreira (2000) aborda outras duas teorias de enquadrar o desvio juvenil: a do controlo e a da subcultura.

Na teoria do controlo, a família e a escola são os dois pilares fundamentais para a conformidade da criança, sendo que, quando a mesma não se verifica, é porque houve uma falha por parte de um destes agentes, já que o seu papel é controlar a criança, supervisioná-la e garantir que a mesma não manifesta atitudes desviantes (Ferreira, 2000).

Já na teoria da subcultura, o desvio está relacionado com a aquisição de expectativas, valores e crenças que diferem das admitidas pela sociedade, ou seja, há um sentimento de oposição à autoridade, que surge por intermédio da ação do grupo. (Ferreira, 2000). Nesta teoria o grupo de pares ou amigos tem um papel preponderante na verificação do desvio.

2.5. A Guarda Nacional Republicana

A Guarda Nacional Republicana, nos termos do n.º 1 da Lei n.º 63/2007 de 5 de novembro, a lei que aprova a orgânica da GNR, é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares num corpo especial de forças e dotada de autonomia administrativa.”

A Guarda tem por missão assegurar a liberdade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e ainda colaborar na política de defesa nacional¹⁶.

Relativamente ao enquadramento da Guarda no sistema de forças nacional, devido ao facto de, na sua definição, constar tanto uma de vertente segurança como uma vertente militar, a Guarda é considerada uma força de charneira, pois enquadra-se entre as Forças

¹⁶ Cf. Art. n.º 2 da Lei n.º 63/2007, de 5 de novembro.

Armadas e as Forças de Segurança, desempenhando assim, como foi já referido, missões no âmbito da segurança interna e da defesa nacional. (Branco, 2010). Este enquadramento deixa transparecer a versatilidade e o dinamismo da atuação da Guarda, uma vez que assume um espectro de missões variado e multifacetado, abrangendo situações de trânsito, ação fiscal e controlo costeiro, ordem pública, operações especiais, proteção e socorro, proteção da natureza, policiamento de proximidade, entre outros. Na vertente do policiamento de proximidade enquadram-se os Programas Especiais. Neste âmbito deste trabalho de investigação, é o Programa Escola Segura que maior pertinência tem.

Nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento da Escola Segura, este é um programa pró-ativo, que se desenvolve junto das escolas, com o objetivo de garantir a segurança e prevenir quaisquer tipos de comportamentos desviantes. O Programa Escola Segura é o expoente máximo da aplicação do conceito de policiamento de proximidade junto das escolas.

Organicamente, os Destacamentos Territoriais (DTer.) têm uma Secção de Programas Especiais (SPE). As SPE têm Núcleos de Escola Segura (NES) que são constituídas pelos militares que, de mais perto, lidam com a problemática da delinquência juvenil e com temáticas relacionadas com crianças e jovens.

2.6. A Nova *Governance* da Segurança

Para Oliveira (2006), atualmente, a segurança exige uma coprodução, na qual, são envolvidos vários parceiros institucionais públicos e privados, individuais e coletivos.

Segundo Merrien (cit in Oliveira, 2006, p.31), a governança caracteriza-se “pela passagem da tutela ao contrato; da centralização à descentralização; do Estado *redistributivo* ao Estado-regulador; da gestão do serviço público à gestão segundo princípios de mercado; da direcção pública à cooperação entre os actores públicos e privados”. E é neste âmbito de cooperação que, surgem as parcerias, que constituem uma forma privilegiada de ação da *governance*. Importa aqui referir, que nesta nova *governance* da segurança os agentes de segurança não são, necessariamente, forças policiais.

Um conceito fortemente associado à nova *governance* da segurança é o conceito de cidadania. Para Silva (2010), cidadania “pode descrever-se simplesmente como a participação numa sociedade”. Relativamente a este termo, para Simões (1998, p.96), trata-se de “um conjunto de direitos e à existência de poderes e meios para mobilização dos

recursos que permitam usufruí-los ou exercê-los, conforme seja, respectivamente uma atitude passiva ou activa de cidadania.” E é neste pressuposto, que se insere o conceito de segurança ativa ou participativa, é no facto de os cidadãos exercerem meios para usufruírem de determinados direitos, neste caso do direito à segurança. Tal como Viegas (1998) afirma, a segurança não pode ser só encarado como uma questão exclusiva das forças policiais. E para Silva (2010), isso consegue-se através da chamada responsabilidade atribuída, que visa estimular a participação dos cidadãos na atividade da segurança.

Outro conceito intimamente ligado à *governance* da segurança é o policiamento de proximidade. Policiamento de proximidade ou policiamento comunitário¹⁷ é um conceito que tem vindo a evoluir ao longo dos tempo, mas que, agora mais que nunca, parece estar em clara evidência. Para Giddens (2010, p.226), a ideia de que, as forças policiais deveriam “trabalhar em conjunto com os cidadãos, para melhorar a qualidade de vida da comunidade e os padrões de comportamento civil, através da educação, da persuasão e do aconselhamento” ganha cada vez mais força. Neste âmbito, para Oliveira (2006), o policiamento de proximidade traduz-se na aproximação da polícia à população, no sentido de aumentar a sua eficácia e legitimidade.

Uma forma de colocar estes conceitos em prática é a constituição de parcerias, que têm como objetivo resolução de problemas, através de ações de concertadas, globais e de cooperação entre diferentes entidades (Oliveira, 2006). O mesmo autor (2006, p.87) defende que estas “poderão ser fundamentais em função da crescente complexidade das causas da criminalidade e do sentimento de insegurança”. E este é hoje um dos grandes desafios das forças de segurança, tentar fazer com que, para além dos cidadãos estarem seguros, estes se sintam seguro. Ou seja, por vezes a insegurança real, não coincide com a insegurança ressentida (Oliveira, 2006).

Todos estes conceitos são importantes na prevenção de comportamentos antissociais. Para Oliveira (2006), prevenção é um conjunto de medidas que tem como objetivo minimizar as infrações, sejam de natureza criminal ou outras, e sobretudo, antes de tal comportamento se verificar.

Neste âmbito de aplicação de todos estes conceitos, surge como elemento fundamental o cidadão. Nesta nova *governance* da segurança, o cidadão tem um papel

¹⁷ O autor admite que estes dois conceitos podem ser considerados distintos, no entanto neste trabalho de investigação serão utilizados como sinónimos.

ativo na participação em parcerias, tendo um papel fundamental na apresentação de soluções para determinados problemas (Oliveira, 2006).

No entanto, por vezes, a aproximação ao cidadão não é fácil e isso deve-se ao facto da imagem das forças policiais junto da população, nem sempre ser a melhor. É um tanto ou quanto paradoxal que, por vezes, as pessoas a quem as forças de segurança tentam defender os direitos, liberdades e garantias os vejam como inimigos. Neste aspeto Rocher (1989) defende que, as primeiras impressões são fundamentais na construção de relações sociais. Causar boa impressão logo no cidadão, logo desde de criança, pode trazer frutos positivos.

Capítulo 3

Metodologia e Procedimentos

3.1. Introdução

No presente capítulo será abordada a metodologia deste trabalho de investigação, ou seja, a forma como o trabalho foi sendo desenvolvido maneira a responder à pergunta de partida: “Na perceção da Guarda nacional republicana de que forma podem determinados agentes de socialização ter uma participação ativa na prevenção da delinquência juvenil no Concelho de Alcochete?” e às suas derivadas. Assim, neste capítulo constam o método de investigação utilizado no trabalho, os métodos e técnicas de recolha de dados, a composição e justificação do universo a ser investigado e ainda os métodos e as técnicas utilizadas na análise dos resultados.

3.2. Hipóteses

Para responder poder às perguntas de partida e após uma revisão de literatura sobre estas matérias, foram levantadas hipóteses. Segundo Giddens (2010, p.644) hipóteses são suposições acerca da relação entre os fenómenos que o investigador está a interessado”. Assim, as hipóteses levantadas neste trabalho de investigação são:

H1: Uma maior intervenção da GNR no processo de socialização contribui para a prevenção de delinquência juvenil no Concelho de Alcochete.

H2: O bom relacionamento entre a GNR e determinados agentes de socialização contribui para a prevenção da delinquência juvenil no Concelho de Alcochete

H3: A falta de meios e recursos da GNR constitui uma limitação na prevenção da delinquência juvenil no Concelho de Alcochete

H4: A falta de formação adequada dos militares do NES constitui uma limitação na prevenção da delinquência juvenil no Concelho de Alcochete.

H5: Na perceção da Guarda, dever-se-ia apostar na constituição de parcerias como forma de prevenir a delinquência juvenil no Concelho de Alcochete.

H6: Na perceção de determinados agentes de socialização, os próprios têm um papel fundamental na prevenção da delinquência juvenil.

H7: Na perceção de determinados agentes de socialização, o papel da Guarda é fundamental na prevenção da delinquência juvenil.

3.3. Método de recolha de dados

Na abordagem a ambos os universos de estudo, o método de recolha de dados utilizado foi a entrevista. Optou-se por aplicar uma entrevista do tipo estruturada. Para Sarmiento (2008, p.18), as entrevistas classificam-se como formais ou estruturadas “quando o entrevistado responde a um conjunto de perguntas, que fazem parte de um guião”. No entanto, visto que a cada universo vão ser aplicadas entrevistas com diferentes finalidades, elaboraram-se dois guiões distintos. Ambos os guiões foram construídos “em função dos objetivos que decorrem da problematização” (Guerra, 2012, p.53).

Para Sousa e Baptista (2011), as entrevistas, tal como qualquer outra técnica de investigação, tem vantagens e desvantagens. Para as autoras (2011), algumas das desvantagens são: o facto de o entrevistado poder ter dificuldades em verbalizar as suas ideias, o facto de as noções pré-concebidas poderem influenciar o resultado e ainda o facto de consumirem muito tempo e da sua análise ser complicada e difícil. Por outro lado, para as mesmas autoras (2011), as entrevistas garantem um bom grau de profundidade, são flexíveis e permitem a recolha de informação muito rica.

Para a recolha de dados junto do Universo A efetuaram-se entrevistas sobre a forma de questionário, uma vez que, segundo Giddens (2010) os questionários podem ser aplicados pessoalmente ou enviados por correio ou via internet¹⁸. Desta forma, e graças à disponibilidade dos militares da Guarda entrevistados, houve uma poupança de tempo e de recursos e meios que na aplicação da entrevista pessoalmente não se verificaria.

As entrevistas foram aplicadas ao Universo B no dia 12 de Julho de 2012 em Alcochete na sede das respetivas escolas e no centro da CPCJ.

¹⁸ Os chamados “questionários autoadministrados”.

O instrumento utilizado para a recolha de dados nesta ocasião foi um gravador de som Sony, modelo IC Recorder, ICD – P520.

3.4. Método da análise de dados

Para analisar os dados recolhidos das entrevistas, utilizaram-se diferentes métodos, consoante o universo em questão.

Por forma a analisar os dados recolhidos ao Universo A, procedeu-se a uma análise descritiva-interpretativa, a qual visa a descrição das ideias apresentadas pelos entrevistados, seguida de uma interpretação dos mesmos por parte do investigador. Por forma a agilizar a análise, construíram-se quadros-sinopses das entrevistas e de seguida procedeu-se à análise das respostas dos entrevistados, pergunta a pergunta. A escolha deste método de análise prende-se com o facto de, cada pergunta, ter um cariz essencial para a verificação das hipóteses de investigação e para a resposta à pergunta de partida e derivadas.

Para analisar os dados recolhidos do Universo B, procedeu-se a uma análise categorial ou temática, visto se pretender, com estes dados, abordar duas perspetivas (Guerra, 2011). Assim, procedeu-se à categorização dos dados, analisando-os em seguida por categorias ou temas. A seleção deste método de análise prende-se, com o facto de, as perguntas da entrevista aplicada a este universo terem sido elaboradas com o objetivo de identificar duas diferentes perspetivas, logo o essencial na análise a estes dados não é o conteúdo de cada resposta em si, mas sim o conteúdo de um conjunto de respostas relacionadas e agrupadas em dois temas pré-identificados.

3.5. Universo – Composição e Justificação

Neste trabalho de investigação, visto se ter optado por um método de investigação qualitativo utilizar-se-á o termo universo ou população em vez de amostra, pois “não é aconselhável chamar «amostras» aos universos de análise qualitativa, já que este é um conceito ligado a uma representatividade estatística e não à representatividade social que se pretende neste tipo de pesquisa.” (Guerra, 2012, p.21).

O meio selecionado para o desenvolvimento deste trabalho de investigação foi o Concelho de Alcochete. Esta seleção prende-se com dois fatores. O primeiro fator tem a ver com o facto de o Concelho de Alcochete ser o único na Zona de Ação do DTer. Montijo em que, a competência territorial a nível policial é exclusivamente da GNR. O segundo fator prende-se com o facto de, apesar de, Alcochete pertencer a um dos Distritos com maior número de casos de delinquência juvenil participados, em Portugal, neste âmbito, no Concelho de Alcochete este número é diminuto. Este é um fator importante na seleção do meio, pois neste caso, há uma maior abertura para a aplicação das temáticas desenvolvidas neste trabalho de investigação.

A metodologia aplicada no trabalho de campo teve duas fases. Uma fase em que o universo a investigar era a Guarda e outra, em que eram determinados agentes de socialização. Para simplificar procedimentos, optou-se por dar uma designação geral a cada um dos universos: Universo A, que se refere à Guarda e Universo B, que se refere a determinados agentes de socialização. Para este trabalho de investigação, determinados agentes de socialização são o Agrupamento de Escola de Alcochete e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

É importante referir que, a finalidade deste trabalho é identificar possíveis formas de atuação e analisar pontos de vista de determinados sujeitos, privilegiados numa problemática, e não generalizar os resultados obtidos ao longo da investigação, sendo que, a aplicação destas mesmas formas e pontos de vista, deve ser feita a nível local.

3.5.1. Caraterização do Meio

O concelho de Alcochete pertence ao distrito de Setúbal. Alcochete tem 17 569 habitantes, constituindo assim 6 789 famílias¹⁹.

Analisando o Relatório Anual de Segurança Interno de 2011, verifica-se que Setúbal é o terceiro distrito com mais participações criminais em 2011, somando um total de 36 469. A nível de ocorrências participadas em ambiente escolar, Setúbal é, também, o terceiro distrito com mais ocorrências, somando um total de 378 casos. Através da análise de registos da SPE do DTer do Montijo, conclui-se que, se verificaram apenas cinco ocorrências neste âmbito.

¹⁹ Dados do Instituto Nacional de Estatística. Fonte: http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html, visitado em 25/07/2012 às 22:39.

Quadro n.º 1 - Ações desenvolvidas pela GNR no âmbito escolar em Alcochete

Ações	N.º
Visitas ao posto	9
Ações de sensibilização	22

Como se pode verificar através da análise do Quadro n.º 1, a nível de ações desenvolvidas pela Guarda no concelho de Alcochete, no âmbito escolar, estas podem ser divididas em dois grupos: visitas ao posto territorial de Alcochete (PTer) e ações de sensibilização. No total, de acordo com os dados recolhidos junto da SPE do Dter. Montijo, efetuaram-se nove visitas ao Pter Alcochete e vinte e duas ações de sensibilização. No entanto, em ambos os casos a temática central é a prevenção rodoviária.

Importa ainda referir que o Agrupamento de Escolas de Alcochete integra sete escolas: da Escola E.B.2/3 El Rei Dom Manuel Ide Alcochete, a E.B. 1 n.º 1 de Alcochete, a Escola E.B. de Passil, a Escola E.B. de São Francisco, Escola E.B: da Restauração, E.B. n.º 2 de Alcochete e a Escola E.B. de Samouco.

3.5.2. Seleção dos Sujeitos

A constituição dos universos a investigar nesta investigação, obedeceram a um determinado critério. Sendo que, em estudos qualitativos, “o critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objetivos da investigação” (Albarello, 2005, p.103) e que os entrevistados devem “tratar-se de pessoas que, pela sua posição, acção ou responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.71), os sujeitos selecionados teriam de ter uma posição privilegiada em relação a esta problemática. A seleção de sujeitos a abordar no Universo A teve por critério, a sua função estar diretamente ligada à interação com crianças, ou ter função de comando. Já os sujeitos a abordar no Universo B, desempenham funções de direção em determinados agentes de socialização. Nos Quadros seguintes, procede-se à caracterização dos universos, respeitando, tanto quanto possível o direito à intimidade e à confidencialidade, dos sujeitos entrevistados (Fortin, 2009).

Quadro n.º 2 - Caraterização do universo A

Entrevistados do Universo A	Função
Entrevistado 1 (E1)	Cmd do Dter Montijo
Entrevistado 2 (E2)	Cmd do Pter Alcochete
Entrevistado 3 (E3)	Chefia da SPE Dter Montijo
Entrevistado 4 (E4)	Elemento da SPE Dter Montijo
Entrevistado 5 (E5)	Elemento da SPE Dter Montijo
Entrevistado 6 (E6)	Elemento da SPE Dter Montijo
Entrevistado 7 (E7)	Elemento da SPE Dter Montijo

Quadro n.º 3 - Caraterização do universo B

Entrevistados do Universo B	Função
Entrevistado 1 (E1)	Direção da Escola E.B.2/3 El Rei Dom Manuel Ide Alcochete
Entrevistado 2 (E2)	Direção da Escola E.B. 1 n.º 1 de Alcochete
Entrevistado 3 (E3)	Direção da Escola E.B. de Passil
Entrevistado 4 (E4)	Direção da Escola E.B. de São Francisco
Entrevistado 5 (E5)	Direção da Escola E.B: da Restauração
Entrevistado 6 (E6)	Direção da Escola E.B. n.º 2 de Alcochete
Entrevistado 7 (E7)	Direção da Escola E.B. de Samouco
Entrevistado 8 (E8)	Direção da CPCJ

Capítulo 4

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

4.1. Introdução

No presente capítulo, procede-se à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos durante a investigação.

A apresentação, análise e discussão de resultados do universo A serão efetuadas pergunta a pergunta. Por sua vez, a análise e discussão dos resultados do universo B será efetuado por temas.

4.2. Apresentação, Análise e Discussão de Resultados do Universo A

4.2.1. Pergunta n.º 1

A pergunta n.º 1: “Qual o papel da GNR no processo de socialização?”, tem como objetivo, saber qual é a perceção, que a GNR de Alcochete, tem sobre a papel da GNR no processo de transmissão de valores e normas.

Para o entrevistado n.º 1, o papel da Guarda neste processo é fundamental e deve ser ativo. Segundo ele, existem duas formas bastante expressivas, através das quais, a Guarda faz parte deste processo, sendo uma fase, a transmissão de valores através da própria postura dos militares, que deve ser uma postura “assertiva e adequada”, por forma a serem um exemplo para a sociedade; enquanto que a outra fase, tem a ver com a relação que os militares têm com os cidadãos, ou seja, pela interação destes com a população. Assim, para o entrevistado n.º 1, a Guarda deve ser um exemplo para a sociedade. Na opinião deste entrevistado a Guarda tem, cada vez mais, um papel preponderante na moldagem da personalidade, uma vez que graças à atuação dos Núcleos de Escola Segura, há uma intervenção junto de indivíduos, numa idade, em que, essa moldagem é mais propícia.

Quadro n.º 4 - Apresentação de resultados da pergunta n.º 1

Questão n.º 1: Qual o papel da GNR no Processo de Socialização?	
E1	“...é um processo ativo e fundamental...”; “...duas formas bastante expressivas através das quais a GNR faz parte deste processo... é importante que a mesma, representada pelos militares que a constituem, adquira comportamentos assertivos e adequados e que sejam considerados exemplos a seguir pela comunidade...a interação direta entre os militares e a população. Dado que a GNR começa a ter uma intervenção mais acentuada junto de crianças e jovens – idades nas quais os cidadãos vão moldando a sua personalidade, mais necessariamente através dos militares que compõem os Núcleos de Escola Segura...”; “...é através destes Núcleos que se transmitem e tentam incutir aos alunos valores necessários para uma boa inserção na comunidade, educando-os para a cidadania...”;
E2	“...é fundamental...”; “...a GNR como entidade responsável pela segurança e transmissão de valores (respeito, autoridade) deve ter um papel ativo...”;
E3	“...um bom desempenho na transmissão para a sociedade de princípios fundamentais de cidadania...”; “...nomeadamente: regras...deveres...e por fim os direitos...”;
E4	“...fazer parte da vida social dos alunos...”; “...não só pelo policiamento de proximidade mas acima de tudo por um melhor conhecimento por parte dos Agrupamentos Escolares, do Programa Escola Segura...”; “Através de ações desenvolvidas pelos SPE em temas subordinadas particularmente a uma melhor conduta cívica.”;
E5	“...transmissão ao ser humano de que temos regras e deveres...”; “...o ser humano...tem que ser respeitado e saber respeitar o próximo...”;
E6	“...no meu entendimento é diminuto...”; “...deveria ser muito mais ativo e não o é...”; “...tentar formar as crianças nas escolas para os preparar para esse mesmo processo.”;
E7	“...pode apenas observar a interação dos vários indivíduos que formam grupos distintos, podendo interceder com ações de sensibilização junto desses mesmos grupos, ou dos próprios indivíduos quando se verificam comportamentos considerados desviantes ou pouco éticos...”;

Na mesma linha de ideias, o entrevistado n.º 2, refere que, o papel da Guarda no processo de socialização, tem vindo a tornar-se fundamental. Este refere ainda que, a GNR não deve ser apenas vista como uma entidade responsável pela segurança, mas também pela transmissão de valores, através da sua autoridade e por se fazer respeitar. Na opinião do entrevistado n.º 2, o papel da Guarda neste processo deve ser ativo.

O entrevistado n.º 3 sugere que, a Guarda deve ter um papel enquanto transmissor de princípios fundamentais de cidadania para a sociedade. Esta transmissão deve ser efetuada essencialmente a nível de regras, deveres e direitos.

Por sua vez, o entrevistado n.º 4, defende que, a Guarda deve fazer parte da “vida social dos alunos”, não só através do policiamento de proximidade, mas também através da cooperação entre a Guarda e a Escola, sendo que, para isto, cada uma deve ter melhor conhecimento da outra. O entrevistado n.º 4 refere ainda que, o papel da Guarda neste

processo se deve verificar também, através de ações desenvolvidas pela SPE, subordinadas a temas relacionados com conduta cívica.

Para o entrevistado n.º 5, o papel da Guarda no processo de socialização é transmitir ao cidadão que há regras e deveres que devem ser respeitados e ao mesmo tempo, fazê-lo entender que, “o ser humano...tem que ser respeitado e saber respeitar o próximo.”

Na opinião do entrevistado n.º 6, o papel da Guarda no processo de socialização é “diminuto”, defendendo que o mesmo deveria ser muito mais ativo do que aquilo que realmente é. Para este entrevistado, a Guarda deve formar as crianças, junto das escolas, preparando-as para uma fase seguinte do processo de socialização.

Já o entrevistado n.º 7 aponta que a Guarda pode apenas observar a interação que se desenvolve entre indivíduos de um grupo, tentando prevenir qualquer forma de desvio através de ações de sensibilização junto desses grupos, quando se verifica uma tendência para isso acontecer. Este entrevistado apoia a perspetiva da subcultura, na qual, os grupos de pares ou amigos têm um papel fundamental na verificação do desvio.

As respostas à pergunta n.º 1, deixam bem claro que o Universo A considera que a Guarda tem um papel essencial no processo de socialização. E esta importância, advém da presença que, cada vez mais, a Guarda vai tendo junto das escolas, devido à ação dos NES. Advém também, das expectativas e valores que a Guarda transmite às crianças e aos cidadãos em geral. A postura da Guarda, deve ser percebida pelas crianças, como um exemplo a seguir, na qual, se devem basear os seus valores, as suas regras e os seus direitos.

4.2.2. Pergunta n.º 2

A pergunta n.º 2: “Como poderia a GNR ter um papel mais interventivo no Processo de Socialização?”, tem como objetivo identificar formas da GNR agir mais ativamente no prevenção deste fenómeno.

Assim, o entrevistado n.º 1 defende que, para a Guarda ter um papel mais interventivo seria necessário haver uma maior intervenção com crianças e jovens. E segundo este, isto seria possível através de uma “intervenção mais alargada”, ou seja, uma intervenção que não se “esvaziasse” no espaço escolar e que atingisse também, os restantes grupos sociais em que as crianças e jovens estão inseridos. No entanto, o entrevistado n.º 1 reconhece que, a

verificação deste tipo de intervenção, implicaria um acréscimo obrigatório do efetivo da SPE e uma maior abertura por parte das escolas à atividade desenvolvida pelo NES.

Quadro n.º 5 - Apresentação de resultados da pergunta n.º 2

	Questão n.º 2: Como poderia a GNR ter um papel mais interventivo no Processo de Socialização?
E1	“...se a mesma tivesse a possibilidade de interagir mais com as crianças e jovens...”; “...seria necessário uma intervenção mais alargada, ou seja, que não se cingisse apenas no espaço escolar, mas também nos restantes grupos sociais onde estão presentes as crianças e jovens.”; “...era necessário que houvesse por parte das mesmas (escolas) uma cedência maior de tempo para a intervenção nos NES junto dos alunos...”; “...isso implicaria e obrigaria a um acréscimo de efetivo nos NES...”;
E2	“...a própria instituição (GNR) devia ser mais sensibilizada para o papel que tem na socialização...”; “...devia estabelecer mais parcerias com as entidades locais que trabalham também no processo de socialização, nomeadamente com as escolas e associações juvenis...”; “...a socialização faz parte das competências de todos nós e quanto mais precocemente for trabalhada e em várias vertentes maior será a sua taxa de sucesso...”; “...devíamos ir aos locais (escolas, associações, grupos,...) com maior frequência, para desta forma formarmos cidadãos mais responsáveis e sem comportamentos desviantes...”;
E3	“...deveria ter ao ser dispor mais meios (a todos os níveis, didático, etc) para realizar ações na abordagem de vários temas úteis à prevenção da criminalidade e no Processo de Socialização.”;
E4	“Estas ações deveriam ter uma continuidade ao longo de todo o ano letivo e não se extinguem a uma breve passagem ao longo do ano.”;
E5	“...se a Instituição GNR, tivesse mais meios disponíveis para a demonstração e abordagem de varias ações/temas uteis a prevenção da criminalidade, seria uma mais valia para as crianças.”;
E6	“...a GNR teria de ter mais militares junto da comunidade escolar, e várias ações junto dos mesmos, isto desde o pré escola até 12º ano...”;
E7	“Não considero que a GNR tenha de ter um papel mais interventivo daquele que já possui...”; “...algumas intervenções mais incisivas podem condicionar a formação / construção moral do indivíduo, um processo que considero importante e quase íntimo que todo o indivíduo deve experienciar...”;

Já o entrevistado n.º 2 refere que, um dos passos para uma maior intervenção da Guarda na socialização passa por “...a própria instituição (GNR) (...) ser sensibilizada para o papel que tem na socialização...”. Este entrevistado dá a entender que, a própria Guarda não tem ainda bem definido, qual será o seu papel no processo de socialização, o que, poderá de certa forma, impossibilitar, logo à partida, a participação desta, em certas atividades ou eventos ou mesmo, dificultar a constituição de parcerias neste âmbito. Este entrevistado defende que, se deviam estabelecer parcerias com entidades locais que também tenham um papel fundamental na socialização, nomeadamente escolas e

associações juvenis. O entrevistado n.º 2 aponta a presença mais assídua da Guarda junto deste tipo de instituições, como um fator essencial na não verificação de desvio.

Para o entrevistado n.º 3, um papel mais interventivo da Guarda, neste processo, passaria por realizar ações de sensibilização, subordinadas a temas relacionados com a criminalidade e o com próprio processo de socialização, o que na perspetiva do mesmo, implicaria, a Guarda ter ao seu dispor mais meios.

Por sua vez, o entrevistado n.º 4 defende que, as ações desenvolvidas pela Guarda neste âmbito, deveriam ter um carácter permanência, referindo que, o papel da Guarda neste processo, não deve ser apenas “uma breve passagem ao longo do ano”. Analisando esta intervenção do entrevistado n.º 4, chega-se à conclusão que, as ações desenvolvidas pela Guarda são pontuais e diminutas, o que não favorece uma participação mais ativa da Guarda no processo de socialização.

O entrevistado n.º 5 refere que, se a Guarda dispusesse de mais meios, seria possível um maior número de abordagens e demonstrações relacionadas com a prevenção da delinquência, o que segundo o mesmo “seria uma mais-valia para as crianças.”

Para o entrevistado n.º 6, um papel mais interventivo da Guarda neste processo passaria por a Guarda ter mais militares junto da comunidade escolar, desenvolvendo várias atividades na mesma, desde “a pré-escola até ao 12.º ano”. Este entrevistado refere a importância do processo de acompanhamento da Guarda ser contínuo e abrangente, começando desde o 1.º ano escolar até ao 12.º ano.

Já o entrevistado n.º 7 defende que, a Guarda não tem de desempenhar um papel mais interventivo do que aquele que desempenha, pois considera que, uma intervenção mais incisiva da Guarda, pode ter efeitos contrários aos desejados. O entrevistado n.º 7 apresenta aqui um ponto de vista, que apesar de diferir dos demais entrevistados é bastante pertinente. Entre outros, fatores, a opinião deste entrevistado pode derivar do facto de, um papel muito interventivo da Guarda no processo de desenvolvimento das crianças, poder tornar a presença da Guarda “banal”. Este fator, conjugado com possíveis situações em que os próprios militares tenham uma ação mais condescendente, não intervindo de forma assertiva, pode originar nas crianças um sentimento de desafio. Outra fator está relacionado com o facto de, um controlo excessivo por parte da Guarda, potenciar o desenvolvimento de sentimentos de rutura e da vontade de terem mais liberdade. É nestes aspetos referidos que a perspetiva do entrevistado n.º 7 ganha “força”.

As respostas a estas perguntas, sugerem que, na opinião dos entrevistados, a Guarda pode intervir mais interventivamente no processo de socialização, essencialmente, através

de ações de desenvolvidas, não só nas escolas, mas também junto de outros grupos sociais, em que as crianças estão inseridas. No entanto, como exceção surge a perspetiva do entrevistado n.º 7 que defende que a Guarda não deve intervir excessivamente junto das crianças, pois o resultado poderá não ser o pretendido.

4.2.3. Pergunta n.º 3

Quadro n.º 6 - Apresentação de resultados da pergunta n.º 3

	Questão n.º 3: Em que medida poderiam os pais/família ter um papel mais interventivo na não verificação de Delinquência Juvenil?
E1	“...cada vez mais difícil para os pais conseguirem estar com os seus filhos...”; “...deveriam conversar com eles de modo a terem a perceção do quotidiano dos mesmos quer na Escola, assim como nos restantes grupos/associações sociais nos quais eventualmente possam estar integrados...”; “...tentar compreender o género de pessoas com os quais se relacionam (amigos), com vista a apurar possíveis comportamentos desviantes e se os amigos são de facto «boas ou más companhias»...”; “...deveriam os pais manter um contacto mais acentuado e permanente com os educadores, visto serem estes as pessoas mais capazes de lhes transmitirem o género de atitudes e ações que os filhos adotam, assim como os amigos com quem convive.”;
E2	“...maior responsabilização dos seus filhos e um maior acompanhamento...”; “...é importante que os pais saibam onde, com quem e o que estão a fazer os filhos.”; “Os pais têm que ter um papel mais ativo na educação e formação dos filhos, ser mais exigentes com eles desde os primeiros anos de vida, pois só assim poderão ter o respeito que lhes compete.”;
E3	“...participação mais ativa junto dos filhos...”; “...seria extremamente útil o acompanhamento dos filhos diariamente, na medida que a educação começa em casa...”;
E4	“Os pais deveriam estar mais presentes voluntariamente...”; “Aquando a chamada dos pais à escola os mesmos não compareçam voluntariamente...”;
E5	“...os pais passassem mais tempo com os seus filhos dando-lhes todo o apoio necessário...”; “...sei que nos dias que correm os pais, não o podem fazer...”;
E6	“...seria de os pais conseguirem falar com os seus filhos...”; “...a maioria dos pais trabalharem até tarde e depois não terem tempo para os filhos.”;
E7	“Acompanhar e conhecer as rotinas e as companhias dos seus educandos seria fundamental...”; “...comportamentos desviantes vão chegando ao conhecimento dos progenitores / tutores a conta gotas...sendo que muitas vezes a verdade já chega deturpada ou acaba por ser desvalorizada quando o jovem é confrontado no seio familiar, onde o clima muitas vezes é de proteção mútua e de condescendência.”

A pergunta n.º 3: “Em que medida poderiam os pais/família ter um papel mais interventivo na não verificação da delinquência juvenil?”, tem como objetivo, perceber até

que ponto, na percepção da GNR de Alcochete, a família/pais podem ter um papel mais participativo na prevenção da delinquência juvenil.

Na perspetiva do entrevistado n.º 1, “está cada vez mais difícil para os pais conseguirem estar com os filhos”, o que, de certa forma, condiciona a sua ação. No entanto, este entrevistado defende que, a relação família-filhos é essencial na prevenção deste fenómeno. Os pais/família devem conversar com os filhos e perceber se está tudo bem com eles. Devem tentar perceber, também, com quem se relacionam, de forma a identificar possíveis “más companhias”. O entrevistado refere ainda que, uma forma de os pais/família acederem a este tipo de informação é também através da escola, por meio de um contato mais assíduo com os educadores.

Já o entrevistado n.º 2 defende que, uma maior intervenção dos pais/família nesta problemática passaria por, uma maior responsabilização dos filhos e por um melhor acompanhamento. Para este entrevistado, os pais devem conhecer melhor os seus filhos, tendo perfeita noção de “onde, com quem e o que estão a fazer...”. Para o mesmo, os pais devem ter um papel bastante ativo, logo desde os primeiros anos de vida da criança, pois numa fase mais tardia, pode tornar-se mais difícil a transmissão de certos valores, visto esta já ter interiorizado outros.

Para o entrevistado n.º 3, os pais deveriam ter uma participação mais ativa junto dos filhos. O mesmo defende que, “educação começa em casa” e que o acompanhamento diário dos filhos é um fator essencial na não verificação de desvio.

O entrevistado n.º 4 sugere que os pais/família deveriam estar mais presentes junto dos filhos de forma voluntária. Isto prende-se com o facto de, muitas vezes, ser solicitado aos pais que compareçam na escola e os mesmos não o fazerem. Ou seja, o entrevistado n.º 5 defende que, há, cada vez, mais uma falha no controlo social efetuado pela família sobre a criança.

Por sua vez, o entrevistado n.º 5 defende que, os pais deveriam passar mais tempo com os seus filhos, dando-lhes todo o apoio necessário, apesar de o mesmo admitir que “nos dias que correm, os pais não o podem fazer...”.

Na perspetiva do entrevistado n.º 6, o diálogo entre pais/família e filhos é fundamental. Para este, os pais devem conseguir falar com os filhos, no entanto, o mesmo admite que é complicado, devido ao facto de “a maioria dos pais trabalharem até tarde e depois não terem tempo para os filhos”.

O entrevistado n.º 7 refere a importância de, os pais conhecerem as rotinas dos seus filhos, assim como as suas companhias. Segundo este entrevistado, muitas vezes os

pais/família não têm conhecimento de casos de comportamentos desviantes dos seus filhos, e quando têm, normalmente acaba por ser desvalorizado e o jovem confrontado acaba por ser protegido.

Através da análise às respostas a esta pergunta, chega-se à conclusão que, para o Universo A, a família deve dialogar mais com as crianças, deve conhecê-las melhor, conhecer as suas rotinas, saber quais são os seus amigos, por forma a poder despistar situações que potenciem o desvio. A conjuntura socioeconómica atual, não permite aos pais estarem presentes e acompanharem de mais perto os seus filhos, o que torna difícil o controlo destes. E como referido no capítulo anterior, a falha no controlo social, tanto por parte da família como da própria escola é um fator preponderante na verificação do desvio.

4.2.4. Pergunta n.º 4

Quadro n.º 7 - Apresentação de resultados da pergunta n.º 2

	Questão n.º 4: E a Escola?
E1	“...a Escola é, a par da família, o grupo social que mais intervém no processo de socialização...”; “...é neste grupo que as crianças/jovens passam a grande parte dos seus dias...”; “...grupo essencial na prevenção da criminalidade juvenil.”; “... as Escolas deveriam apostar mais na formação cívica dos seus alunos, abordando mais temas indispensáveis para essa formação e trabalhando na vertente prática do mesmo...”; “...dispensar mais tempo aos NES para que estes pudessem trabalhar mais com os alunos.”; “...cada vez mais, as Escolas conhecem melhor e aceitam a intervenção das Forças de Segurança...”; “Há Escolas que já criam projetos em conjunto com as FS...no âmbito geral da prevenção da criminalidade...”; “...começam a ter um papel cada vez mais interventivo, importante e determinante nesse campo.”;
E2	“A Escola é sem dúvida, a instituição que maior peso, em conjunto com os pais, terá no processo de socialização...”; “...não só porque lida diariamente com a formação e educação dos cidadãos mas também porque abarca uma faixa etária fundamental no processo formativo.”; “...se existissem mais ações conjuntas entre a escola e as outras entidades que também participam no processo de socialização, talvez o combate à delinquência tivesse maior sucesso.”;
E3	“...um prolongamento da referida educação que deverá ser ministrada em casa...”; “...a escola possa promover atividades várias no sentido de aproximar os pais a toda a comunidade escolar, com a realização de eventos em conjunto (pais/alunos/escola e até Forças de Segurança - Escola Segura).”;
E4	“A escola deve ser insistente na exigência da presença dos pais a acompanharem os seus filhos...”;
E5	“...a escola é um dos órgãos mais importantes na vida das nossas crianças...”; “...elas passam mais tempo nas escolas que em casa...”; “...fazer com que elas se sintam em casa dando-lhes todo o apoio por parte dos professores e auxiliares.”; “...realização de atividades é fundamental para cativar o gosto das crianças pela escola.”;
E6	“A escola de promover ações/palestras sobre o assunto, e não estarem a espera que algo corra mal para o fazerem.”;
E7	“A escola deveria promover atividades ou reuniões com as várias entidades que têm competência nesta matéria.”; “Este tipo de parcerias são fundamentais para se atingir os objetivos de todos.”;

Com a pergunta n.º 4: “E a Escola?”, pretende-se verificar, na opinião da GNR de Alcochete, em que medida, pode a Escola, ter um papel mais interventivo na prevenção da delinquência juvenil.

O entrevistado n.º 1 defende que, a Escola, a par com a família, é o grupo social que mais intervém no processo de socialização, desde logo, porque é na Escola que as crianças passam a maior parte do seu tempo. O entrevistado refere ainda que, a Escola tem um papel essencial na prevenção da delinquência juvenil e que esta deveria apostar mais na formação cívica dos alunos, abordando temas indispensáveis para a sua formação enquanto pessoas. O entrevistado refere também que, a Escola deveria “dispensar mais tempo” ao NES, de forma a haver uma presença mais assídua destes junto dos alunos. Por fim, o entrevistado admite que, as Escolas entendem e aceitam, cada vez mais a intervenção das Forças de Segurança (FS), sendo que existem escolas que criaram projetos em conjunto com as FS. Assim, o entrevistado entende que, as escolas começam a ter um “papel cada vez mais interventivo, importante e determinante” nesta problemática.

Na perspetiva do entrevistado n.º 2, a Escola, em conjunto com os pais, é “a instituição que maior peso tem na no processo de socialização”. E para o entrevistado, isto deve-se, não só ao facto de, a escola lidar diariamente com a formação e a educação dos cidadãos, mas, também, ao facto de abarcar em si um conjunto de indivíduos, cuja faixa etária é precisamente aquela em que o processo de socialização se revela mais importante, para a problemática da delinquência juvenil.

Na opinião do entrevistado n.º 3, a Escola deve garantir um “prolongamento” da educação dada em casa. Para além disso, a Escola deve promover ações no sentido de aproximar os pais a toda a comunidade escolar. Para o entrevistado, a Escola deveria também desenvolver e realizar atividades e eventos em conjunto com outros agentes.

O entrevistado n.º 4 defende que, uma ação mais interventiva da Escola passa por, uma maior “exigência” na presença e acompanhamento dos pais na Escola.

Para o entrevistado n.º 5, a escola é “um dos órgãos mais importantes” no desenvolvimento das crianças, devido ao facto de estas passarem mais tempo na escola do que em casa. Assim, defende o entrevistado, a escola deve garantir que as crianças se sintam em casa e promover atividades que, fomentem nestas o gosto pela escola.

Na perspetiva do entrevistado n.º 6, uma maior intervenção neste processo por parte da Escola implica esta tomar a iniciativa e promover ações e palestras relacionadas com estas temáticas.

Já o entrevistado n.º 7 defende que, a Escola deveria promover atividades e reuniões, entre as várias entidades que têm competência nesta matéria. O entrevistado refere ainda que, este tipo de parcerias são “fundamentais para se atingir os objetivos de todos”.

As respostas dadas a esta pergunta, refletem bem a importância que a GNR de Alcochete dá à escola, na prevenção de delinquência juvenil. Para os entrevistados, a escola deveria promover ações e eventos relacionados com esta problemática e em conjunto com outras entidades, sendo que, estas deveriam potenciar também, uma maior aproximação dos pais às escolas. Ou seja, para o universo A uma aproximação entre os agentes de socialização com maior responsabilidade no controlo social da criança, parece ser uma interessante forma de estes atuarem mais ativamente, pois, tendo em conta a teoria do controlo social, um poderia colmatar as falhas no controlo do outro e vice-versa.

4.2.5. Pergunta n.º 5

A pergunta n.º 5: “E a CPCJ?”, tem como objetivo esclarecer, na opinião da GNR de Alcochete, em que medida, pode a CPCJ participar de forma mais interventiva neste processo.

Na perspetiva do entrevistado n.º 1, o facto de, na sua modalidade restrita, por vezes se verificar um número reduzido de técnicos, dificulta uma intervenção mais participativa. Para o entrevistado n.º 1, a CPCJ deveria aplicar “medidas corretivas”, para que estas servissem de exemplo para outros, estando assim a agir, também de forma preventiva.

O entrevistado n.º 2 defende que, a CPCJ tem um papel preponderante no combate à delinquência juvenil.

Já para o entrevistador n.º 3, a CPCJ deve fazer aquilo que estiver ao seu alcance. Para este, um acompanhamento mais ativo neste tipo de situações é suficiente.

O entrevistado n.º 4 refere que, em situações de delinquência juvenil, o cruzamento e partilha de informação, deve ser feito com a maior brevidade possível.

Na perspetiva do entrevistado n.º 5, uma maior intervenção da CPCJ passa por, um maior acompanhamento de situações já “sinalizadas” com potenciais situações graves.

Na mesma linha de pensamento, o entrevistado n.º 6 defende que, a CPCJ deve ter um acompanhamento mais ativo e mais assíduo com casos já referenciados pelas famílias ou pelas escolas.

Quadro n.º 8 - Apresentação de resultados da pergunta n.º 5

Questão n.º 5: E a CPCJ?	
E1	“...na sua modalidade restrita ...muita das vezes apresenta um défice no número de técnicos, o que dificulta uma intervenção mais preventiva...”; “...uma vez que a sua intervenção se baseia precisamente através dos processos...”; “...deveriam aplicar medidas corretivas que pudessem servir de exemplo para outras crianças/jovens que adotassem esse género de comportamentos... estando desta forma a atuar simultaneamente na prevenção.”; “Na modalidade alargada existe já a capacidade para desenvolver projetos de cariz preventivo.”; “...na maioria das vezes os parceiros não apresentam disponibilidade para a execução de atividades/eventos que pudessem servir para incutir nas crianças/jovens valores pelos quais a sociedade e cada um de nós se deveria pautar para a boa convivência.”; “...apresentar-se mais predisposta para atuar, de modo a desenvolver projetos que permitissem ter uma intervenção mais ativa na prevenção da delinquência juvenil.”;
E2	“A CPCJ na sua modalidade alargada terá um papel preponderante no combate à delinquência...”; “...nem sempre as CPCJs funcionam na modalidade alargada, não desenvolvendo por isso este tipo de ações...”; “...na modalidade restrita terá o papel de aplicar medidas tutelares/ corretivas ajustadas e adequadas a cada jovem ou criança para corrigir esses comportamentos...”;
E3	“...prima por fazer o que está ao seu alcance, com um acompanhamento ativo e permitido na lei relativamente aos jovens e suas famílias.”;
E4	“...deveria de acompanhar cada situação que se justifique e que a escola não tenha condições para a realizar...”; “...o cruzamento desta informação teria que acontecer no menor espaço de tempo...”;
E5	“...um acompanhamento mais ativo em casos mais graves, tanto as crianças como a seus familiares.”;
E6	“Acompanhar os alunos e as famílias ou que estes já sinalizaram ou que já vêm referenciados de outras escolas...”;
E7	“A CPCJ desempenha um papel ativo de extrema importância...”; “...facilitando...uma melhor compreensão e interação entre a escola, o seio familiar e as autoridades.”; “...a CPCJ poderia promover ações de interação entre jovens que revelaram comportamentos desviantes, de modo a partilharem as suas experiências ajuizando-se mutuamente.”; “Estas ações da CPCJ poderiam potenciar novas interações com outros grupos atribuindo responsabilidades aos jovens.”;

Para o entrevistado n.º 7, a CPCJ desempenha um “papel ativo de extrema importância”, uma vez que, segundo este, facilita a interação e a compreensão entre a escola, o seio familiar e as autoridades. Na opinião deste entrevistado, a CPCJ poderia desenvolver ações de interação entre jovens que revelem comportamentos desviantes, de modo a partilharem experiências e ajudarem-se mutuamente. Para ele, este tipo de ações potenciará a atribuição de responsabilidades às crianças.

Das respostas à pergunta n.º 5 conclui-se que, a CPCJ deveria efetuar um acompanhamento mais ativo em situações já “sinalizadas” ou referenciadas. O entrevistado n.º 7 apresenta uma modalidade para casos em que a criança demonstre comportamentos desviantes. A modalidade consiste em, organizar grupos de diálogos entre vários jovens

com os mesmos tendências ou problemas, por forma a, se ajudarem mutuamente, uma vez que, a abertura para com um grupo não é fácil e, o facto de estar com alguém com os mesmos problemas, alguém parecido a ele, pode facilitar a interação.

4.2.6. Pergunta n.º 6

Quadro n.º 9 - Apresentação de resultados da pergunta n.º 6

Questão n.º 6: E a Câmara Municipal?	
E1	“...deveria enveredar esforços na articulação das restantes entidades e na prática de medidas ativas para a prevenção deste fenómeno...”; “...promovendo atividades e eventos de cariz educativo e formativo...”; “...dar mais importância a este fenómeno e apostar mais na prevenção...”;
E2	“...papel fundamental na socialização...”; “...de levar a cabo ações que promovam uma adequada socialização, competindo-lhe a articulação entre todas as entidades.”;
E3	“...seria de toda a utilidade que o mesmo prestasse mais apoio logístico...fornecer meios para que as crianças nas escolas se pudessem deslocar para as atividades realizadas pela Escola Segura...”; “...apoio mais ativo no sentido de apoiar este núcleo...”;
E4	“...proporcionar eventos que prendessem esses jovens à continuidade da aprendizagem e socialização entre agrupamentos escolares.”;
E5	“...prestação de mais meios de transporte ,para que as crianças pudessem se deslocar para os locais com toda a segurança possível...”;
E6	“As assistentes sociais percorrerem as escolas e terem uma participação ativa sobre o assunto patrocinando eventos em conjunto das instituições.”;
E7	“...os pelourinhos do Desporto e da Cultura devem fazer um esforço para manter conhecimento daquilo que se passa com os alunos dos agrupamentos escolares que envolvem...”; “...promovendo interação entre a autarquia e as escolas...”; “...promoção do convívio de jovens em risco com grupos de comportamento mais equilibrado...”;

Com a pergunta n.º 6: “ E a Câmara Municipal?”, pretende-se averiguar, na perceção da GNR de Alcochete, de que forma pode a Câmara Municipal ter um papel interventivo na prevenção da delinquência juvenil.

Segundo o entrevistado n.º 1, a Câmara Municipal deveria “enveredar esforços na articulação das restantes entidade”, ou seja devia funcionar como um órgão coordenador. Esta coordenação, seria também necessária, a nível das medidas tomadas para a prevenção deste fenómeno. Para este entrevistado, a Câmara Municipal deveria dar mais importância a esta problemática e apostar numa postura preventiva, promovendo atividades e eventos de cariz educativo e formativo. Ou seja, na opinião deste entrevistado, a Câmara Municipal

deveria ter um papel de mediador, na atuação de todas as entidades relacionadas com esta problemática, procurando assim, uma melhor articulação entre elas.

Por sua vez, o entrevistado n.º 2 defende que, a Câmara Municipal tem um papel fundamental na socialização e que uma forma e participar mais ativamente na prevenção da Delinquência Juvenil é, através da promoção de ações, que permitam às crianças, uma socialização adequada, competindo-lhe também, a articulação entre todas as entidades.

Já para o entrevistado n.º 3, a Câmara Municipal deveria apoiar mais as atividades desenvolvidas por outras entidades, essencialmente a nível logístico. Como exemplo, o entrevistado, refere, a cedência de meios para o deslocamento de crianças até ao local onde se realizam estas atividades.

Para o entrevistado n.º 4, a Câmara Municipal deveria proporcionar eventos que “prendessem” os jovens à continuidade da aprendizagem e socialização. Ou seja, na opinião deste entrevistado, a Câmara tem um papel fundamental na não verificação de abandono escolar.

Na perspetiva do entrevistado n.º 5, a Câmara Municipal deveria, também, ter um papel mais assíduo na “prestação de meios de transporte” para as crianças se poderem deslocar para os locais de atividades em segurança.

O entrevistado n.º 6 defende que, as assistentes sociais deveriam atuar mais nas escolas e patrocinar atividades e eventos, em conjunto com outras instituições competentes nesta matéria.

Na opinião do entrevistado n.º 7, existem três medidas que a Câmara Municipal poderia adotar, para ter um papel mais interventivo na não verificação deste fenómeno. Primeiro, deveria haver uma maior interação entre a autarquia e as escolas. Em segundo lugar, as áreas da Câmara Municipal responsáveis pelo desporto e pela cultura, deveriam ter um maior envolvimento e um maior conhecimento das crianças que integram. Por último, a Câmara Municipal deveria promover o convívio de jovens em risco, com jovens de comportamento mais equilibrado.

Nas respostas à pergunta n.º 6 está bem explícito que, na perceção do Universo A, a Câmara Municipal deveria ter uma função de coordenação e mediação. Na Opinião dos entrevistados, a Câmara Municipal deve promover e patrocinar atividades e eventos em articulação com outras entidades, no âmbito da prevenção da delinquência juvenil. Na opinião dos entrevistados n.º 3, n.º 5 e n.º 6, a Câmara Municipal deveria, também, prestar apoio logístico, aquando da realização deste tipo de atividades. O entrevistado n.º 4 defende ainda, que a Câmara tem um papel fundamental na não verificação do abandono

escolar, que pode ser evitado através de uma ação da Câmara junto das crianças e das suas famílias.

4.2.7. Pergunta n.º 7

Quadro n.º 10 - Apresentação de resultados da pergunta n.º 7

	Questão n.º 7: Considera que o bom relacionamento entre a GNR e as instituições acima referidas é fundamental para a prevenção da Delinquência Juvenil? Em que medida?
E1	“Sim...o bom relacionamento entre as diversas entidades é fundamental na prevenção da delinquência juvenil.”; “Como as diversas entidades atuam em vertentes diferentes, se houvesse uma boa cooperação e coordenação entre todas, poderiam determinar áreas específicas para a intervenção de cada uma...”;
E2	“Sem dúvida,...”; “...se houver uma boa relação entre as entidades de um concelho as ações promovidas e o trabalho executado tem outro resultado e outro impacto.”;
E3	“Sem dúvida, pois sem um relacionamento efetivo e saudável...será muito difícil a prevenção do referido fenómeno...”; “...torna muito mais fácil o conhecimento do público-alvo com a troca de informações entre as instituições em questão e a GNR.”;
E4	“...só se alcançará o êxito de uma missão se parcerias harmoniosamente funcionarem...”;
E5	“É fundamental que o bom relacionamento entre as instituições...exista se todos «remarem» no mesmo sentido os resultados serão sempre positivos.”;
E6	“Sim, pois se não houver bom relacionamento, a GNR não poderia ter um papel fundamental para um policiamento de a proximidade da comunidade estudantil...”;
E7	“Sim. A GNR pode interagir com todos estes Órgãos obtendo e facultando informação que pode levar à resolução de vários problemas de delinquência.”;

Com pergunta n.º 7: “Considera que o bom relacionamento entre a GNR e as instituições acima referidas é fundamental para a prevenção da delinquência juvenil? Em que medida?”, pretende-se verificar, se na perceção da GNR de Alcochete, o bom relacionamento entre instituições, com competência em matérias de socialização e delinquência juvenil, é fundamental para a prevenção deste fenómeno, e em que medida.

Para o entrevistado n.º 1 o bom relacionamento entre entidades, torna-se fundamental na prevenção da delinquência juvenil. E isto, deve-se ao facto de, as diversas entidades atuarem em vertentes diferentes da problemática, e, se houver uma boa cooperação e coordenação entre todas as entidades poder-se-á determinar, direccionar e economizar meios.

O entrevistado n.º 2, afirma não ter dúvidas que, é fundamental haver uma boa relação entre as “entidades de um concelho”, e que a mesma permite que as ações e o trabalho desenvolvido, tenham um outro impacto e conseqüentemente, apresentem melhores resultados.

Já o entrevistado n.º 3 também concorda que, o bom relacionamento entre instituições é fundamental, na prevenção do mesmo, porque se este não se verificar, se não for “saudável”, a prevenção deste fenómeno torna-se mais complicada, visto haver uma dificuldade acrescida, a nível de partilha de informações.

Na perspetiva do entrevistado n.º 4, “só se alcançará o êxito de uma missão se parcerias harmoniosamente funcionarem”, ou seja, a constituição de parcerias e o bom relacionamento no seio destas parcerias é fundamental, nos dias de hoje, no combate a este tipo de fenómenos.

O entrevistado n.º 5 defende que, é fundamental que o bom relacionamento entre instituições se verifique, pois se todos “remarem” na mesma direção, os resultados serão mais positivos.

Para o entrevistado n.º 6, o bom relacionamento é fundamental para a prevenção da delinquência juvenil, mas também para a atuação da Guarda, pois se este relacionamento não se verificar, a Guarda terá dificuldades em aplicar o conceito de policiamento de proximidade junto da comunidade estudantil.

Já para o entrevistado n.º 7, é fundamental a existência de um bom relacionamento entre instituições, essencialmente, no que diz respeito à celeridade de procedimentos e partilha de informação.

Das respostas dadas à pergunta n.º 7, resulta a opinião unânime da importância que o bom relacionamento entre instituições tem na prevenção da delinquência juvenil. Na opinião dos entrevistados uma boa cooperação é sinónimo de melhores resultados. O entrevistado n.º 1 refere ainda que, este tipo de relacionamento positivo possibilita um melhor direcionamento dos meios e conseqüentemente, uma maior economia dos mesmos. O entrevistado n.º 4 defende que, o bom relacionamento se consegue através da constituição de parcerias harmoniosas.

Por sua vez, os entrevistados n.º 3 e n.º 7 assinalam que, este bom relacionamento permite uma maior celeridade nos procedimentos e na partilha de informação.

4.2.8. Pergunta n.º 8

Quadro n.º 11 - Apresentação de resultados da pergunta n.º8

	Questão n.º 8: Quais as maiores limitações da GNR no combate à Delinquência Juvenil?
E1	“...estão...relacionadas com a escassez de meios humanos e materiais...”; “...outra que está relacionada com a preparação e capacidade de atuação dos militares no NES...”; “...estes deveriam ser alvo de uma formação específica...”; “...estarem mais preparados e capacitados para a sua intervenção junto das crianças/jovens.”;
E2	“Poucos recursos humanos e falta de formação/sensibilidade...”;
E3	“...a falta de meios a vários níveis...”;
E4	“...falta de meios, quer humanos quer materiais...”;
E5	“...a falta de meios ...”;
E6	“Limitações são várias...”; “...a falta de efetivo, falta de meios...por exemplo falta de computador, falta de material para trabalhar com os jovens...”;
E7	“...falta de efetivos direcionados unicamente àquele propósito, a mobilidade, a transformação e a mutação constante de grupos de jovens delinquentes.”;

Com a pergunta n.º 8. “Quais as maiores limitações da GNR na prevenção da Delinquência Juvenil?”, pretende-se identificar, na perceção da GNR de Alcochete, quais são as maiores limitações da GNR, na prevenção da delinquência juvenil.

O entrevistado n.º 1 refere que, estas limitações estão relacionadas com a escassez de meios humanos e materiais e com a preparação e capacidade de atuação dos militares no NES. Ou seja, na opinião do entrevistado n.º 1, os militares do NES deveriam ser alvo de formação específica, nesta matéria, de forma, a estarem capacitados para as vicissitudes que uma intervenção junto de um público específico tem.

Na perspetiva do entrevistado n.º 2, o facto de existirem poucos recursos humanos e dos que existem, não terem formação adequada nem estarem sensibilizados para os cuidados ou as atenções, que devem ter neste tipo de intervenção.

Já para o entrevistado n.º 3, a Guarda tem grandes limitações neste âmbito, sendo que, advêm da falta de meios “a vários níveis”.

O entrevistado n.º 4 considera que, a maior limitação da Guarda na prevenção da delinquência juvenil, é a falta de meios, quer materiais, quer humanos.

Para o entrevistado n.º 5, a falta de meios é também, a maior limitação da Guarda na prevenção deste fenómeno.

Já o entrevistado n.º 6 refere que, as limitações são várias, desde a falta de efetivo, à falta de meios materiais. Como este entrevistado refere, por vezes, não há materiais para trabalhar com as crianças.

Por sua vez, o entrevistado n.º 7 defende que, a falta de efetivo direcionado unicamente a este propósito, é uma das maiores limitações para a Guarda. Na perspetiva deste entrevistado, a mobilidade é, também, uma limitação, assim como a contante transformação e mutação dos grupos de jovens delinquentes.

Segundo as respostas à pergunta n.º 8, na opinião dos entrevistados, a falta de meios e a falta de formação adequada para os militares que se dedicam à interação com crianças são as maiores limitações da Guarda. O entrevistado n.º 7 refere ainda, o facto de, os grupos de delinquentes estarem em constante mudança, à imagem do que acontece a nível mundial com a criminalidade.

4.2.9. Pergunta n.º 9

A pergunta n.º 9: “Que medidas poderiam ou deveriam ser tomadas na prevenção da delinquência juvenil?”, tem como objetivo perceber se, na perspetiva da GNR de Alcochete, que medidas poderiam ou deveriam ser tomadas no âmbito da prevenção da delinquência juvenil.

Quadro n.º 12 - Apresentação de resultados da pergunta n.º9

	Questão n.º 9: Que medidas poderiam ou deveriam ser tomadas no combate à Delinquência Juvenil?
E1	“...correção das limitações da Guarda e pela participação e envolvimento desta com todas as entidades que desenvolvem trabalhos com crianças/jovens...”; “...também outras, como grupos/associações, e apostar na colaboração estreita entre todas a entidades...”;
E2	“...uma melhor resposta formação adequada aos militares...”; “...externo parcerias / ações conjuntas entre as várias entidades...”;
E3	“...junção das respostas...”;
E4	“...maior brevidade na atuação de todas estas instituições...”;
E5	“...manter os nossos jovens ocupados com atividades lúdicas e muito desporto.”;
E6	“GNR estar presente no crescimento dos jovens na escola... participar com eles em diversas tarefas, como no desporto, em ações de sensibilização de diversos tipos.”;
E7	“Observação mais atenta aos jovens de comportamentos desviantes por parte dos pais / tutores, das escolas, da CPCJ, da GNR e das autarquias.”;

Assim, na perspectiva do entrevistado n.º 1, deveriam ser corrigidas as limitações da Guarda e devia-se promover um maior envolvimento e participação de todas as entidades, que desenvolvem trabalhos com crianças ou jovens e outros grupos/associações. Ou seja, para este entrevistado, dever-se-ia apostar na colaboração estreita entre todas as entidades.

Para o entrevistado n.º 2, dever-se-ia apostar numa formação adequada para os militares da Guarda que, exercem funções neste âmbito, por forma a garantirem uma melhor resposta às situações, com que são interpolados diariamente. Para este entrevistado, é também importante, verificar-se o auxílio entre instituições, ou seja, a construção de parcerias e o desenvolvimento de ações em conjunto.

Já o entrevistado n.º 3, juntaria as respostas dadas nas perguntas anteriores para responder a esta. Ou seja, para este entrevistado, deveria haver uma maior intervenção por parte de outras entidades com competência nesta matéria, nomeadamente as escolas, a família, a CPCJ e a Câmara Municipal.

Na perspectiva do entrevistado n.º 4, dever-se-ia assistir a uma maior brevidade na atuação de todas as instituições.

O entrevistado n.º 5 refere que, se deviam adotar medidas, com o intuito de ocupar os tempos livres das crianças, através de atividades desportivas e lúdicas.

Por sua vez, o entrevistado n.º 6 defende que, a Guarda deveria estar mais presente no “crescimento dos jovens” na escola, participando com eles em diversas tarefas, como o desporto.

Já para o entrevistado n.º 7, há necessidade de uma observação mais atenta de tendências para comportamentos desviante, tanto por parte da família, como por parte das escolas, da CPCJ, da Câmara Municipal e da GNR.

Pelas respostas obtidas à pergunta n.º 9, verifica-se que, na perspectiva dos entrevistados n.º 1, n.º 2 e n.º 3, a constituição de parcerias, a cooperação entre entidades e a aplicação dos conceitos de cidadania e segurança participativa, são uma medida que deveria ser aprofundada no âmbito da prevenção da delinquência juvenil. O entrevistado n.º 4 defende que, deveria haver uma maior brevidade de atuação, o que poderia ser conseguido com a aplicação dos conceitos supra referidos. Já o entrevistado n.º 5, refere a importância da ocupação dos tempos livres com atividades lúdicas e desportivas. Na mesma sequência de ideias, o entrevistado n.º 6 defende que, a GNR poderia ter um papel mais interventivo nesta vertente. E isso, poderia acontecer através de ações da GNR neste âmbito, como por exemplo, a execução de provas de situação ou pistas de obstáculos.

4.3. Análise, Apresentação e Discussão de Resultados do Universo B

No presente subcapítulo, são analisados os dados recolhidos

4.3.1. Análise e Discussão do Tema 1

O tema 1 está relacionado com a percepção que, determinados agentes de socialização, têm do papel desempenhado por eles próprios, na prevenção da delinquência juvenil.

O entrevistado n.º 1 refere que, a escola tem um papel fundamental na não verificação deste fenómeno, sendo que, se trata de um dos primeiros sujeitos a detetar qualquer tendência desviante. Na ótica do entrevistado n.º 1, a “educação vem de casa”, só que hoje em dia “os pais cada vez mais se demitem da função de encarregados de educação”, pelo que a escola deveria intervir junto dos pais.

Por sua vez, o entrevistado n.º 2 defende que, o papel da escola é, fundamentalmente, educar as crianças e fazer com que respeitem o próximo. No entanto, na perspetiva deste entrevistado, muitas vezes, aquilo que se aprende na escola, não tem o seguimento que deveria ter em casa.

Já o entrevistado n.º 3 refere que, a escola tem um papel importante na sensibilização e formação pessoal e social dos seus alunos, sendo também preponderante na despistagem de comportamentos desviantes, assim como, num acompanhamento ativo desses casos. No entanto, este defende que, a escola sozinha pouco consegue fazer nesta matéria e que uma maior cooperação e envolvimento, por parte de determinados agentes, é necessária na prevenção deste fenómeno.

O entrevistado n.º 4 considera que, a escola é um importante agente na formação das crianças e conseqüentemente na prevenção de delinquência juvenil. Para este, o papel da escola passa por, estar presente junto da família e atuar em cooperação com outros agentes de socialização, como “forças policiais, agentes de saúde, CPCJ...”. No entanto, este entrevistado reconhece que, existe demasiada burocratização e que, se deveria intervir de forma mais célere neste tipo de situações e na partilha de informação.

Para o entrevistado n.º 5, o papel da escola é sinalizar possíveis situações reveladoras de tendências desviantes e inculcar desde cedo, regras de bom comportamento nas crianças.

Por sua vez, o entrevistado n.º 6 refere que, o papel da escola é muito importante, pois é onde as crianças passam grande parte do seu tempo. Este entrevistado avisa para a

importância que é, a escola estar provida de meios e recursos para poder sinalizar, antecipadamente, tais comportamentos e poder corrigi-los desde logo. O entrevistado n.º 6 refere ainda que, deveria haver uma maior articulação entre os departamentos e as instituições que trabalham com crianças, por forma à partilha de informação ser efetuada da melhor forma e ter utilidade.

Para o entrevistado n. 7, a escola deve organizar e desenvolver ações, que cativem as crianças para uma vertente mais lúdica e os desvie de comportamentos antissociais. No entanto, o entrevistado n.º 7 refere que, para isso, a escola deve ter as condições adequadas.

Já para o entrevistado n.º 8, o papel da CPCJ na prevenção da delinquência juvenil é fundamental e traduz-se na mediação de conflitos e numa grande proximidade com o problema.

Analisando as respostas a este tema, chega-se à conclusão que, na perceção dos entrevistados n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, a escola tem um papel fundamental na prevenção da delinquência juvenil. E este papel, passa, maioritariamente, pela despistagem e sinalização de comportamentos desviantes e por uma educação e formação pessoal e social. No entanto, elementos do Universo B referem que, nem sempre as escolas têm condições para tal.

A ocupação dos tempos livres com atividades lúdicas é, também, considerada uma forma de a escola participar na prevenção a delinquência juvenil.

No entanto, e como refere o entrevistado n.º 3, a escola sozinha, pouco pode fazer neste âmbito, pelo que, como defende o entrevistado n.º 4, há a necessidade de cooperação e de ações conjuntas com outras entidades. O entrevistado n.º 6 considera que, este tipo de cooperação se torna necessária para tornar mais fácil a partilha de informação e, conseqüentemente, haver uma resposta mais célere a situações de desvio.

No que diz respeito ao entrevistado n.º 8, este considera que o papel da CPCJ é fundamental e que se traduz essencialmente na coordenação e mediação de conflitos e numa atuação de grande proximidade junto de casos já referenciados.

4.3.2. Análise e Discussão do Tema 2

O tema 2 está subordinado à perceção que, determinados agentes de socialização têm da atuação da GNR na prevenção da delinquência juvenil.

Na perspetiva do entrevistado n.º 1, o papel da Guarda na prevenção deste fenómeno é fundamental, pois, através da presença e da postura da Guarda, as crianças são dissuadidas da prática de qualquer comportamento desviante. No entanto, este entrevistado defende que a Guarda deveria contar com mais efetivo.

Já o entrevistado n.º 2 refere que, “...a GNR vai fazendo o que pode, tal como nós...”, no entanto, defende que, uma imagem mais assídua da GNR é necessária na prevenção de delinquência juvenil. Este entrevistado assinala ainda que, os militares da Guarda devem saber comunicar e ser convincentes, acrescentando que “se for vir cá só para engonhar não fica nada na cabeça deles” (crianças).

Para o entrevistado n. 3, o papel da Guarda passa por, atuar a nível de sensibilização, esclarecimento e prevenção, ou seja, através de ações direcionadas para esta problemática.

O entrevistado n.º 4 sugere que, a presença da guarda é fundamental: a presença física e a conversa com as crianças e com os adultos. Para este entrevistado, desta forma, a Guarda mostra que, está presente e disponível para ajudar e para esclarecer e que, está alerta para qualquer tipo de comportamento desviante. Por isso, este entrevistado defende que a observação é muito importante, a par com a colaboração entre entidades relacionadas com esta problemática.

Na opinião do entrevistado n.º 5, a visibilidade da Guarda e a sua presença são fundamentais na prevenção da delinquência juvenil. Para este, a Guarda deve desenvolver ações de esclarecimento nas escolas, não só junto dos alunos, mas também junto dos pais.

Já o entrevistado n.º 6 considera que, o papel da Guarda na prevenção da delinquência juvenil é importante e que, a GNR deveria direcionar alguns dos seus meios mais para o terreno, por forma a desenvolver um trabalho mais próximo das crianças. Este entrevistado defende que, a colaboração entre a escola e a Guarda também importante, sugerindo reuniões entre as duas instituições, com alguma regularidade.

Para o entrevistado n.º 7, a Guarda tem um papel fundamental e que, muitas vezes, a simples presença de um só militar é importante e suficiente. No entanto, este entrevistado reconhece que, a falta de efetivos é uma realidade na Guarda e aponta para uma formação adequada aos militares da GNR para lidarem com crianças.

O entrevistado n.º 8 reconhece que, a Guarda tem um papel importante mas que, a falta de efetivos é uma enorme limitação na sua atuação.

Analisando as respostas a este tema, conclui-se que, na perspetiva do Universo B, a atuação da GNR é fundamental na prevenção da delinquência juvenil. E que, esta

importância advém da sua postura e presença. Presença, essa que, segundo o entrevistado n.º 1, deveria ser mais assídua e que se devia pautar por ser uma postura e comunicação nos irrepreensíveis, sendo esta a ideia que deve passar para as crianças.

Outra forma de Guarda contribuir para a prevenção de delinquência é, através de ações de sensibilização e esclarecimento junto das crianças e juntos dos pais. O entrevistado n.º 5 defende que, a Guarda deveria direccionar mais meios para as escolas e que, deveriam ser realizadas reuniões, regularmente, entre as várias entidades ligadas a esta problemática. Mas tal como o entrevistado n.º 6 refere, por vezes, certas atividades são de difícil realização, devido ao facto de, a guarda contar com pouco efetivo.

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações

5.1. Introdução

Terminada a apresentação, a análise e a discussão dos dados obtidos ao longo desta investigação é agora tempo de retirar conclusões.

No presente capítulo, verificam-se as hipóteses, e em seguida é respondida a pergunta de partida. Depois, tecem-se algumas reflexões finais e apresentam-se recomendações. Por fim, este capítulo termina com as limitações que o investigador sentiu ao longo do trabalho de investigação e com propostas para investigações futuras.

5.2. Verificação das Hipóteses

A **Hipótese 1**: Uma maior intervenção da Guarda no processo de socialização contribui para a prevenção de delinquência juvenil no Concelho de Alcochete., que pretende dar resposta à pergunta derivada 1, verifica-se, pois, através da análise dos dados recolhidos, chegou-se à conclusão que a Guarda tem um papel fundamental no processo de socialização. E, este papel é fundamental na medida em que, apenas a postura e a presença de militares da Guarda transmite valores às crianças e aos cidadãos em geral. O facto de, a Guarda atuar junto de crianças, traz muitas possibilidades. Por isso é importante que, as crianças tenham uma boa imagem da Guarda desde de tenra idade, pois, as primeiras impressões têm um papel preponderante nas relações sociais. Houve no entanto, um ponto equacionado relativamente a esta intervenção da Guarda no processo de desenvolvimento da criança, que contrapõe esta ideia – o facto, de a intervenção, demasiado próxima das escolas, criar sentimentos contraditórios aos desejados. A proximidade excessiva de uma força policial, pode levar à criação de um sentimento de rutura, na medida em que, o controlo é tanto que, a criança anseia por liberdade. Este excesso de presença policial pode até mesmo à banalização da atividade policial.

A **Hipótese 2**: O bom relacionamento entre a GNR e determinados agentes de socialização, contribui para a prevenção da delinquência juvenil no Concelho de Alcochete, que pretende dar resposta à pergunta derivada 7, verifica-se, pois, na perceção da Guarda de Alcochete, o bom relacionamento entre a guarda e determinados agentes de socialização é importante na prevenção da delinquência juvenil. Na opinião dos entrevistados, uma boa cooperação é sinónimo de melhores resultados. Este bom relacionamento apresenta várias potencialidades, como o melhor direcionamento de meios e recursos, uma maior celeridade dos procedimentos e uma maior partilha de informação.

As **Hipótese 3**: A falta de meios e recursos da Guarda constitui uma limitação na prevenção da delinquência juvenil no Concelho de Alcochete e **Hipótese 4**. A falta de formação adequada dos militares do NES constitui uma limitação na prevenção da delinquência juvenil no Concelho de Alcochete; que pretendem responder à pergunta derivada 5, verificam-se, pois, na opinião dos entrevistados, as maiores limitações da Guarda, na prevenção da delinquência juvenil, são a falta de meios e de recursos, o que impossibilita uma maior presença da Guarda junto das escolas; e a falta de formação adequada, que consideram preponderante na interação com crianças. Outra limitação apontada foi a constante mutação, a que os grupos de delinquentes, estão sujeitos.

A **Hipótese 5**: Na perceção da Guarda, dever-se-ia apostar na constituição de parcerias como forma de prevenir a delinquência juvenil no Concelho de Alcochete, que pretende responder à pergunta derivada 3, verifica-se, pois, na perceção da Guarda de Alcochete, as medidas que poderiam ser tomadas na prevenção de delinquência juvenil foram a constituição de parcerias, o que facilitaria a cooperação entre entidades, através da aplicação do conceito de cidadania e de segurança participativa.

A **Hipótese 6**: Na perceção de determinados agentes de socialização, os próprios têm um papel fundamental na prevenção da delinquência juvenil, que sugere como possível resposta à pergunta de derivada 5, verifica-se, pois, através da análise das respostas do tema 1, chega-se à conclusão que, para determinados agentes de socialização, o papel destes na prevenção da delinquência juvenil é fundamental. Para estes, a sua ação deve traduzir-se, essencialmente, na despistagem e sinalização de comportamentos desviantes e na promoção da educação e formação pessoal e social. A cooperação com outras entidades ligadas a estas problemáticas, surge como uma necessidade, face à falta de recursos que as escolas apresentam. Esta cooperação facilita a partilha de informação e uma resposta mais célere perante situações de delinquência. No que diz respeito à CPCJ,

na sua perspetiva, o seu papel passa pela mediação e coordenação de conflitos e uma atuação de grande proximidade junto destes casos.

A **Hipótese 7**: Na perceção de determinados agentes de socialização, o papel da Guarda é fundamental na prevenção da delinquência juvenil, que sugere uma possível resposta à pergunta derivada 6 verifica-se, pois, através da análise das repostas do tema 2, conclui-se que para os estes agentes, a Guarda é fundamental na prevenção da delinquência juvenil. Para estes, a presença é muito importante neste aspeto e esta deve pautar-se por uma postura irrepreensível e exemplar. A capacidade de comunicação dos militares ligados a este ambiente, deve ser adequada. No entanto, dever-se-iam realizar reuniões com regularidade, o que não é fácil pois o reduzido efetivo é considerado uma grande limitação da Guarda neste âmbito. Conclui-se ainda que, a Guarda mantém uma boa relação com a maioria dos sujeitos entrevistados. No caso em que tal não se verificou, deveu-se ao facto, de a presença da Guarda na escola ser tão diminuta, devido ao facto de, não existir necessidade da mesma que, o sujeito entrevistado refere que a relação entre instituições é quase inexistente. No entanto, e de acordo com os princípios do policiamento de proximidade, a atuação da Guarda deve ter por base a prevenção e não a reação. Neste âmbito, a atuação do NES tem sido fundamental para a fomentação de uma melhor relação. Para a CPCJ, a relação com a Guarda é ótima, no entanto a mesma podia ser ainda melhor.

5.3. Resposta à Pergunta de Partida

Após esta análise, é agora hora de responder à pergunta de partida. “**Na perceção da Guarda Nacional Republicana (GNR) de que forma podem determinados agentes de socialização ter uma participação ativa na prevenção da delinquência juvenil no Concelho de Alcochete?**”. Para isso, abordaremos os agentes de socialização individualmente. Na perceção da Guarda de Alcochete, a família deve procurar dialogar mais com as crianças, por forma a conhece-las, a conhecer as suas rotinas e saber quem são os seus amigos, a fim de participarem na sinalização e despiste de situações que potenciem a delinquência juvenil. Apesar de ser, certo que a conjuntura socioeconómica atual, não permite aos pais estarem presentes juntos dos filhos, não pode deixar de haver por parte destes, um controlo dos mesmos, pois as falhas neste controlo são, de acordo com a teoria do controlo social, potenciadoras da verificação de delinquência.

Relativamente à escola, na perceção da Guarda de Alcochete, esta tem um papel importantíssimo na prevenção da delinquência juvenil, e que a forma de intervir mais ativamente nesta, é promover ações e eventos relacionados com esta problemática e em conjunto com outras entidades. A escola deveria, também, promover uma maior aproximação dos pais às escolas.

Por forma, à CPCJ participar mais ativamente na prevenção da delinquência juvenil, na perceção da Guarda de Alcochete, esta deveria acompanhar mais ativamente e de forma mais próximas, casos já referenciados. Outra forma seria, através da organização de grupos com os mesmos problemas para que através do diálogo e do conhecimento de histórias de vida se ajudassem mutuamente.

Uma intervenção mais ativa da Câmara Municipal na prevenção da delinquência juvenil passaria por, promover e patrocinar atividades e eventos que integrassem várias entidades ligadas a esta problemática. Para a Guarda de Alcochete a Câmara Municipal tem um papel de coordenador e de mediador das ações que se realizam neste âmbito. A Câmara Municipal deveria, também, prestar apoio logístico aquando da realização deste tipo de atividades.

De referir que, as conclusões advêm da junção das perceções evidenciadas pelos sujeitos entrevistados e que visam apenas, a aplicação ao meio de estudo, o Concelho de Alcochete. Reitera-se que, a finalidade desta investigação não é a generalização, mas antes, a obtenção de opiniões e de possíveis procedimentos e formas de agir ou intervir, com o intuito de poderem ser aplicadas a nível local.

5.4. Reflexões Finais e Recomendações

Tanto a GNR como as entidades intervenientes neste trabalho de investigação, concordam que, a cooperação entre instituições é fundamental na prevenção da delinquência juvenil. Cada vez, há necessidade de procurar novas formas de agir, a nível de segurança. No caso da delinquência juvenil, agentes privilegiados como a família, a escola, a CPCJ e a Câmara Municipal, podem ser fortes aliados das forças de segurança, na sua prevenção. E, quando os meios não são os ideais, como foi, anteriormente, referido, a imaginação e o sentido de oportunidade devem imperar.

Recomenda-se que, os militares do NES recebam formação específica para lidar com crianças, pois, como foi concluído, a presença da Guarda nas escolas, tem como finalidade transmitir uma boa imagem da Guarda, e não o oposto.

5.5. Limitações da Investigação

Todo o trabalho de investigação tem as suas limitações. Neste, uma das maiores limitações foi o facto de, não ter sido possível executar entrevistas a dois dos agente de socialização pretendidos – a família e a Câmara Municipal. de Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Alcochete.

Outra limitação foi a falta de formação do investigador a nível metodológico. O número limitativo de páginas foi também uma limitação desta investigação. Não parece adequado limitar um estudo em que se pretende abordar uma problemática de forma profunda.

5.7. Investigações Futuras

A melhor maneira de tomarmos conta de uma realidade é estudando a fundo e conhecendo os mecanismos e regras porque esta se rege. E por isso as propostas par investigações futuras são uma importante parte dos trabalhos de investigação, pois para quem vai começar a investigar em breve pode não ter um conhecimento adequado para abordar a realidade da forma correta.

Assim, após a execução deste trabalho de investigação propõem-se algumas temáticas que podem ter pertinência em ser estudadas em investigações futuras.

A primeira proposta, tem a ver com a análise e o levantamento de hipóteses explicativas aos resultados apresentados no RASI. Tal como foi abordado neste trabalho, do ano 2010 para o ano 2011 houve uma redução de ocorrências participadas, no âmbito da delinquência juvenil. Parece interessante perceber que motivos e de que ordem levaram a esta redução.

Outra proposta, um tanto ou quanto ambiciosa, tem a ver com a integração da GNR em atividades lúdicas nas escolas. Atividades como provas de situação e pistas de

obstáculos. O que traz benefícios não só a nível da imagem da Guarda para a sociedade e para a perceção que os jovens criam da Guarda, mas também a nível social.

Uma investigação em torno da formação adequada ao NES é também bastante pertinente, pois como foi concluído neste trabalho, o saber comunicar e saber estar num ambiente destes é fundamental.

Neste âmbito parece também interessante analisar de que forma se pode atuar junto do grupo, um dos potenciadores de desvio, de acordo com a teoria da subcultura.

Uma última proposta de investigação está relacionada com a integração de crianças em grupos criminais e em esquemas criminosos, que é cada vez mais uma realidade.

Referências bibliográficas

Livros:

- Almeida, J. (1995). *INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA*. Coimbra: G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda.
- Alves, C. (2010). *INTRODUÇÃO À SEGURANÇA*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana – Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Campanhó, L. (2012). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. (2ª Ed.). Lisboa: Gradiva Publicações, S.A..
- Carvalho, M. (2010). Juventude e Risco. *INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS, JOVENS E FAMÍLIAS – ESTUDOS E PRÁTICA*. Coimbra: G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda.
- Cohen, A. (1968). *Deviant Behavior and Its Control. Knowledge and Society*. Washington: Voice of America.
- Cohen, B. (1981). *SOCIOLOGIA GERAL*. São Paulo: McGraw-Hill Lda.
- Ferreira, J., Peixoto, J., Carvalho, A., Raposo, R., Graça, J. e Marques, R. (1995). *SOCIOLOGIA*. Alfragide: McGraw-Hill de Portugal, Lda.
- Fortin, M. (2009). *O processo de Investigação: Da concepção à realização*. (5ª Ed.). Camarate: Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Giddens, A. (1997). *Sociologia*. (2ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. (2010). *Sociologia*. (8ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goffman, E. (1988). *ESTIGMA: NOTAS SOBRE A MANIPULAÇÃO DA IDENTIDADE DETERIORADA*. (4ª Ed.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A..
- Gonçalves, R. (2008). *DELINQUÊNCIA, CRIME E ADAPTAÇÃO À PRISÃO*. (3ª Ed.). Coimbra: Quarteto.
- Guerra, I. (2012). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia Editora, Lda.
- Horton, O. e Hunt, C. (1981). *SOCIOLOGIA*. São Paulo: McGraw-Hill Lda.

- Lakatos, E. (1991). *Sociologia Geral* (6ª Ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A..
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.
- Maximiano, A. (2000). O Problema da Criminalidade – A Escola e os Jovens. *Controlo Externo da Actividade Policial*. Inspecção-Geral da Administração Interna.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento – A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina, S.A..
- Pais, J. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Pereira, A. e Poupá, C. (2008). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Pereira, B. (2002). *PARA UMA ESCOLA SEM VIOLÊNCIA – ESTUDO E PREVENÇÃO DAS PRÁTICAS AGRESSIVAS ENTRE CRIANÇAS*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rocher, G. (1989). *SOCIOLOGIA GERAL – A acção social*. Lisboa. Editorial Presença, Lda.
- Silva, N. (2010). *Cidadania e Segurança: uma Análise Prospectiva*. Lisboa: Centro de Congressos.
- Simões, L. (1998). A Polícia e o Cidadão. *Direitos Humanos e Eficácia Policial – Sistemas de Controlo da Actividade Operacional*. Inspecção-Geral da Administração Interna.
- Worsley, P. (1983). *INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Internet:

- Ferreira, P. (1997). “*Delinquência juvenil*”, *família e escola*. Retirado: junho, 12, 2012 de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793968M7uDQ9ah6Bb71JL6.pdf>.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011*. Retirado: julho, 25, 2012, de http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html, visitado em 25/07/2012 às 22:39.
- Salvador, S. (2012). *O 'Joker' que semeou o pânico em Denver*. Retirado; julho, 25, 2012, de

http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2678788&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas.

Santos, B. (2004). *Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa*. Retirado: junho, 12, 2012 de <http://opj.ces.uc.pt/pdf/Tutelar.pdf>.

Santos, B. (2010). *Entre a lei e a prática – Subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*. Retirado: junho, 8, 2012 de http://opj.ces.uc.pt/pdf/Relatorio_Entre_a_lei_e_a_pratica_Subsidios_para_uma_reforma_da_LTE.pdf.

Teses:

Costa, F. (2011). *Delinquência Juvenil no Concelho de Sintra*. Trabalho de Investigação Aplicada com vista à obtenção do grau de mestre, Academia Militar, Lisboa.

Lourenço, J. (2011). *Vitimização e Delinquência*. Trabalho de Investigação Aplicada com vista à obtenção do grau de mestre, Academia Militar, Lisboa.

Santos, S. (2011). *O Papel da GNR no Combate à Delinquência Juvenil*. Trabalho de Investigação Aplicada com vista à obtenção do grau de mestre, Academia Militar, Lisboa.

Santos, B. (2011). *Delinquência Juvenil: A percepção dos jovens relativamente ao crime e à violência*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Apêndices

Apêndice A

Análise Literária do Tema

Nesta fase do trabalho proceder-se-á a um levantamento dos estudos realizados em Portugal acerca da problemática da Delinquência Juvenil, na qual esta é relacionada com o processo de socialização, com o conceito de cidadania e com a atuação da GNR.

Em 1993, José Machado Pais, publica o livro *Culturas Juvenis*, no qual o autor estuda como se constituem estas culturas juvenis e qual o seu papel no trajeto que um jovem poderá tomar. Neste estudo, relativamente à delinquência e ao processo de socialização, o autor (1993, p.116) referia que: “Chamados, por socializações sucessivas, a interiorizarem sistemas de normas dominantes, os jovens compartilham com as gerações mais velhas uma certa gama desses valores, mas manifestamente, parecem rejeitar outros.”

Em 1997, Pedro Moura Ferreira, publica um estudo intitulado “Delinquência Juvenil, Família e Escola”, no qual o autor relaciona a delinquência juvenil com o papel da família e da escola, defendendo que estas estão no centro da problemática do referido fenómeno.

Em 2000, Pedro Moura Ferreira, publica um artigo intitulado “Controlo e Identidade: a não Conformidade durante a Adolescência”, no qual aborda o fenómeno do desvio sobre a perspetiva de dois modelos: o modelo do controlo e o modelo da subcultura. O principal objetivo desta sua investigação consistia em através de um modelo de análise do desvio, verificar qual dos modelos prevaleceria, sendo que acabou-se por concluir que o modelo da subcultura prevalece sobre o do controlo, uma vez que os controlos sociais não atuam no vácuo social, ou seja, têm influência das circunstâncias e dos determinismos em que estão envolvidos.

Em 2001, Jorge Negreiros publica um livro intitulado “Delinquências Juvenis”, no qual aborda os conceitos de comportamento antissocial e delinquência e a sua continuidade, analisando a curva da idade.

Em 2002, Beatriz Oliveira Pereira, publica um livro intitulado “Para uma Escola Segura”, em que aborda o conceito de *bullying*, e o papel que a escola tem na não verificação deste fenómeno.

Em 2005, Hugo Martínez de Seabra, publica um livro intitulado “Delinquência Juvenil a Preto e Branco”, no qual relaciona o desvio com a etnia e a raça.

Em 2010, Ana Tomás de Almeida e Natália Fernandes, foram organizadoras de um livro intitulado “Intervenção com crianças, jovens e famílias”, publicado pelo Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, no qual se faz um apanhado de artigos relacionados com intervenção com crianças, jovens e famílias.

Em 2010, Cristinas Sanches e Maria Gouveia-Pereira, publica um estudo intitulado “Para uma escola sem violência – Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças”, na qual a autora aborda o conceito de *bullying* e propõe formas de intervenção nos tempos livres, nomeadamente no recreio.

Também a nível das forças de segurança, estas temáticas têm suscitado elevado interesse, de tal forma que em 2010 foram elaborados, no âmbito do mestrado integrado em ciências militares, vertente segurança interna, três Trabalhos de Investigação Aplicada intitulados “O papel da GNR no combate à delinquência juvenil”, “Vitimização e Delinquência” e “Delinquência Juvenil no Concelho de Sintra”, de Sérgio Santos, Joana Lourenço e Filipe Costa, respetivamente. Com estes trabalhos os autores procuravam estabelecer relações entre a ação da GNR e a verificação deste fenómeno, bem como definir possíveis medidas a adotar.

Também no âmbito do mestrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Bruno Santos, elaborou uma Dissertação de mestrado Integrado em Ciências Policiais intitulada “Delinquência Juvenil: a percepção dos jovens relativamente ao crime e à violência”, na qual o autor se propõe a verificar qual o conhecimento que os jovens têm acerca do crime e da violência.

Apêndice B

Carta de Apresentação

Carta de Apresentação

No âmbito dos cursos ministrados na Academia Militar (AM), são realizados pelos alunos tirocinantes Trabalhos de Investigação Aplicada (TIA), que têm como objetivo geral a aplicação das competências adquiridas ao longo do curso e o desenvolvimento de aptidões que permitam e constituam a base de aplicações originais, em ambiente de investigação, nos domínios da segurança e defesa e, em particular, em áreas concretas de especialização.

O Trabalho de Investigação Aplicada por nós a ser desenvolvido enquadra-se na área científica Ciências Socio-Comportamentais e intitula-se “Delinquência Juvenil: o Processo de Socialização, a Vitimização e a Atuação da Guarda Nacional Republicana”.

Com a realização deste trabalho pretende-se saber como é percecionada a atuação da Guarda Nacional Republicana, verificar se os mecanismos de combate e de prevenção deste fenómeno são os mais adequados e se a coordenação entre os vários órgãos intervenientes é também adequada.

Para a prossecução destes objetivos há a necessidade de realização de trabalho de campo, por forma a poder corroborar ou não algumas hipóteses que foram levantadas no início do trabalho.

Para realizar um trabalho desta natureza, por vezes, o investigador vê-se obrigado a delimitar muito bem o seu objeto de estudo sob pena de o tempo necessário para investigação não coincidir com o tempo disponível para a realização do mesmo.

Assim, optei por escolher apenas um Agrupamento de Escolas, nomeadamente o de Alcochete.

Uma das partes fundamentais de um trabalho de investigação é a metodologia. O método de investigação que parece ser mais apropriado e adequado para alcançar os objetivos do trabalho é o método inquisitivo, ou seja, a aplicação de entrevistas a entidades que tenham considerável conhecimento na temática que me proponho a investigar.

Assim sendo, a maior parte do trabalho de campo a ser realizado irá consistir na realização de entrevistas a vários órgãos que estejam relacionados com o tema central do trabalho.

A entrevista que se propõe realizar a V. Ex.^a tem como finalidade principal dar resposta aos objetivos acima enunciados, visto V. Ex.^a ser possuidor/a de um considerável conhecimento da realidade que nos propomos investigar.

Desta forma solicito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista por forma a valorizar o trabalho que desenvolvemos.

Gratos pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Aspirante de GNR Infantaria Marcos Ferreira

Apêndice C
Guião da Entrevista ao Universo A

Guião de Entrevista

- 1- Qual o papel da GNR no Processo de Socialização – “processo através do qual o ser humano começa a aprender o modo de vida de sua sociedade, adquire uma personalidade e desenvolve a capacidade de funcionar como um indivíduo e como membro do grupo” (Cohen, B.,1981, p.39)?
- 2- Como poderia a GNR ter um papel mais interventivo no Processo de Socialização?
- 3- Em que medida poderiam os pais/família ter um papel mais interventivo na não verificação de Delinquência Juvenil?
- 4- E a Escola?
- 5- E a CPCJ?
- 6- E a Câmara Municipal?
- 7- Considera que o bom relacionamento entre a GNR e as instituições acima referidas é fundamental para a prevenção da Delinquência Juvenil? Em que medida?
- 8- Quais as maiores limitações da GNR no combate à Delinquência Juvenil?
- 9- Que medidas poderiam ou deveriam ser tomadas no combate à Delinquência Juvenil?

Apêndice D

Guião da Entrevista ao Universo B

Guião de Entrevista Universo B

- 1- Qual o papel da Escola/CPCJ no combate à delinquência Juvenil?
- 2- Acha que a Escola/CPCJ poderia ter um papel mais interventivo na não verificação deste fenómeno? Em que medida?
- 3- Considera que quando se verifica delinquência juvenil houve uma falha por parte da Escola/CPCJ?
- 4- Como é a relação da GNR com a Escola/CPCJ?
- 5- Qual considera ser o papel da GNR no combate à delinquência Juvenil?
- 6- Em que aspetos acha que a atuação da GNR poderia melhorar?

Apêndice E
Tabela Temática 1

	Tema 1: Perceção, de determinados agentes de socialização, do seu papel na prevenção da delinquência juvenil
E1	<p>“...a escola tem um papel fundamental...”; “...é a primeira a detetar quando há algum problema a nível de delinquência infantil...”; “...acho que sim mas não sei como...”; “...os pais se estão a demitir da função de encarregados de educação...”; “...a educação vem de casa, é assim, os princípios básicos vêm de casa...”; “...deveríamos ter uma intervenção junto dos pais...”; “...tentamos este ano, desenvolvemos um projeto com a colega de educação física junto dos pais...”; “...tivemos sessões em que apareceram três pais, houve duas sessões em que não apareceu nenhum pai...”; “...se os pais fizessem o seu papel de educar os filhos de certeza que a sociedade estaria muito melhor...”; “...o encarregado de educação, tem que dar os princípios básicos da educação porque na escola é muito complicado...”; “...a escola nesse campo deveria conseguir chegar aos pais...”; “Já pensamos numa estratégia... estamos a pensar outra hora...”; “...a escola sozinha não consegue...”; “Não, não considero, acho que isto tem tudo a ver com a base...”; “Eu acho que essas regras vêm de casa, da nossa essência, acho que isso se aprende em casa e eu acho que sinceramente, os problemas que há na escola são falta de regras que os pais não incutem nos filhos...”; “vi em muitas situações disciplinares, os filhos gritarem com os pais à minha frente e eu ter que lhes chamar a atenção; os pais dizerem asneiras, quer dizer, um pai que diz asneiras em casa, a criança vai achar normal e vai dizer na escola, depois na escola o professor não vai admitir, logo aí há um conflito por isso eu penso que não é a escola, tem de vir de casa...”; “...temos de chegar aos pais, o grande problema é como.”;</p>
E2	<p>“A escola não tem um papel muito bem definido...”; “eles não trazem de casa certos princípios e aqui, às vezes, não se conseguem interiorizar.”; “...quando não há um acompanhamento em casa, muitas vezes aquilo que se dá na escola é destruído em casa.”; “O nosso papel fundamentalmente é educa-los, para a cidadania e para se respeitarem uns aos outros.”; “...intervimos quando achamos que devemos intervir...”; “Essa falha por parte da escola não existe...”; ” Pode haver, numa faixa etária mais elevada, uma falta no que diz respeito ao discurso ou nas próprias atitudes dos professores, porque cada um tem a sua maneira de ser.”;</p>
E3	<p>“A escola tem um papel importante na sensibilização e formação pessoal e social dos seus alunos.”; “É fundamental no despiste de comportamentos de risco e o respetivo encaminhamento e acompanhamento.”; “...casos de comportamentos desviantes e antes que degenerem em comportamentos de risco, deveriam ser sinalizados e acompanhados...”; “A escola sozinha, não consegue intervir e prevenir estas situações.”; “ Tem que haver colaboração e um trabalho que envolve docentes, famílias e instituições.”;</p>
E4	<p>“Um professor acima de tudo, como um pai, como a família, como os amigos, todos nós, como uma comunidade em si, somos um agente importante na formação, na prevenção da delinquência...”; “...não podemos separar a escola de toda a sociedade...”; “...passa muito pela prevenção, passa muito por estarmos presentes, com as famílias...”; “...não podemos dizer, o papel da escola só, a escola tem de estar integrada em todo o meio, tem que haver uma ligação muito grande entre as forças policiais, agentes de saúde, CPCJ, as famílias, os centros paroquiais, as religiões...”; “É a formação, prevenção, falar, conversar...”; “...podia efetivamente...”; “...demasiada burocratização...”; “...devíamos poder ter acesso, devíamos poder intervir de uma forma mais célere, mais ligeira, mais rápida, em determinado tipo de situações, comunica-las de uma forma mais clara às entidades competentes...”; “...às vezes sabe-se informalmente mas não se sabe formalmente determinados acontecimentos e depois para atuarmos é complicado.”; “...poderemos dizer que sim, a escola pode ser um elemento que contribuí para, é de facto mais um elemento, tem um papel muito importante...”; “...numa sociedade...em que todos nós temos de trabalhar integrados, não podemos imputar a culpa só à escola.”; “Também não podemos imputar as culpas só às forças policiais, à família...”;</p>

E5	“...destacar o conhecimento de situações que possam ser relacionadas com a delinquência...”; “...criar desde pequenos...regras de cidadania, de respeitar o outro...”; “...nós neste momento estamos a criar sempre situações de alerta para às regras de cidadania, de respeito pelo outro.”; “Não, acho que a escola não pode ser considerada como culpada...”; “...o que poderá haver, às vezes é o deixar ver até que ponto é ou não delinquência...”;
E6	“...escola é importante porque é um dos espaços onde as crianças passam grande parte do tempo...”; “... é importante que a escola esteja provida de meios e de recursos que permitam em contacto com as outras instituições, detetar e tentar corrigir.”; “...deveria haver uma maior articulação entre todos os departamentos e todas as instituições que trabalham com crianças em idade escolar...”; “...muitas vezes trabalhamos um para cada lado e quando nos cruzamos todos na informação, já vai tarde.”; “Inerentemente talvez...”; “...se as crianças são fruto da escola acho que nunca podemos dizer que a culpa é sempre dos outros...”; “Todos têm alguma parte de culpa naquilo que é o processo de desenvolvimento da criança...”; “...alguma coisa falhou de certeza no processo todo e educação da criança, desde casa até à escola.”;
E7	“...traçar o melhor possível para que essa delinquência não aconteça.”; “Organizar grupos de teatro, atividades lúdicas, desportivas, de maneira a que os cative e não faça com que eles vão por outro caminho.”; “...se a escola tiver as condições adequadas para isso, poderá...”; “E quais são as condições, não é verdade? Uma série de fatores...não sei.”; “...isso não acontece, por isso, neste ponto é um bocado difícil eu estar a falar...”;
E8	“...papel é fundamental porque trabalha-se muito em mediar conflitos e sobre acordos não sobre coações nem força nada...”; “...estamos junto ao problema, damos a cara, também corremos o riscos...”; “...Acho, se por acaso tivéssemos mais recursos e mais proteção, sentimo-nos muito desprotegidas...”; “Nesse aspeto, falta-nos ainda muita coisa a caminhar.”; “Há falhas de um lado e de outro, começa a haver falha...”; “Há de haver delinquência juvenil porque há falhas na família, propiciam que aquele jovem chegue a delinquente...”; “...porque não tem as forças de segurança que deve, na quantidade que deve e com a persistência de recursos que também era aconselhável ter, para além do número de comissões que se calhar não há, o número de técnicos...”; “...dizer que nós promovemos a delinquência juvenil ou que há delinquência juvenil porque as comissões não atuam, isto não é bem assim, agora podíamos é, se tivéssemos mais recursos...então se calhar não deixávamos que a delinquência fosse tão longe, mas não temos hipótese.”; “Como é que se pode culpar uma comissão que é só uma entidade oficial, que não pode obrigar ninguém, a atuar se tem que seguir estes trâmites, esperar estes timings todos por esta articulação entre instituições, que faz perder tempo e que ao mesmo tempo, promove e acelera e propicia que aumente a probabilidade daquele delinquente cada vez atuar mais ou até manter-se na sua atividade...”; “Os pais não vigiam, a Guarda também não tem a legitimidade e nós também não, porque legalmente não pudemos fazer nada sem o consentimento daqueles pais e por vezes os pais também não consentem...”;

Apêndice F
Tabela Temática 2

	Tema 2: Percepção que determinado agentes de socialização têm do papel da GNR na prevenção da delinquência juvenil.
E1	<p>“...que é fundamental porque sempre que vem um agente da autoridade à escola, é um elemento pelo menos de algum respeito para os jovens, já que muitas vezes os professores não o são...”; “...os agentes na portaria e dá outra imagem no sentido de que eles já não “abusam” como costumam abusar...”; “...deviam ter mais efetivos...”; “...com os problemas que as escolas têm porque não é só a nossa escola, não conseguem, não é humano...”; “É muito boa, são os nossos parceiros fundamentais...”; “Sempre que necessitamos são muito presentes...”; “...são fantásticos mesmo, acho que são os nossos parceiros número um.”;</p>
E2	<p>“...a GNR vai fazendo o que pode, tal como nós.”; “...penso que seria benéfica uma presença mais assídua da GNR nas escolas.”; “Poderiam vir apresentar-se no princípio do ano, por forma a terem maior contato com as crianças. É que geralmente só vêm quando nós solicitamos e não por iniciativa própria”; “...o saber comunicar. A GNR pode vir cá 5 ou 10 vezes, mas se não souber passar a mensagem, se não o fizer convictamente, as coisas não ficam.”; “Eles (crianças) hoje têm televisão nos quartos, têm internet nos quartos, eles fazem tudo isolados dos pais e isso potencia inúmeras coisas.”; “Se for para vir só cá engonhar não fica nada na cabeça deles.”; “Temos uma relação normal entre instituições...”;</p>
E3	<p>“...um papel ativo na Sensibilização, Esclarecimento e Prevenção”:. “Promovendo ações direcionadas mais especificamente a este problema social, a delinquência infantil.”; “A nossa escola todos os anos tem recebido a visita da escola segura e desenvolvido ações de sensibilização, no sentido da prevenção e segurança escolar e segurança rodoviária, dirigidas às crianças...”;</p>
E4	<p>“Prevenção acima de tudo...”; “...prevenir e depois só atuar em último caso.”; “...presença é fundamental, a presença física e a conversa com os jovens, com as crianças e também com os adultos...”; “...no sentido em que, a guarda está presente e visível e colabora e conversa e alerta para determinado tipo de comportamentos de risco...”; “...ter à porta das escolas mais agentes, a observar...”; “...penso que ela (GNR) o faz dentro das contingências que tem...”; “não podemos olhar para a sociedade...de uma forma muito estanque: o que é da GNR é da GNR, o que é da escola, é da escola, o que é da saúde, é da saúde...o que acontece muitas vezes é que a guarda faz o papel de professor, às vezes fazemos o papel da guarda - andamos às vezes a repetir papéis.”; “...tem de estar integrado porque somos poucos, não há muito dinheiro, não há muitas verbas, portanto é muito importante a colaboração de entidades, muito mesmo.”; “...situações em que desconfiamos, vamos falar e «está tudo ok»...”</p>

	<p>“...têm de modificar comportamentos...”; “...com mais cidadania...”; “...a própria formação da GNR...”; “...a GNR devia ajudar também a formar o cidadão...havia de ser muito formativo...”; “...é fundamental o cidadão sentir a guarda...o conceito de proximidade, eu acho que é fundamental...”; “É importante sentir que estão visíveis, e que podem atuar.”; “Às vezes dão a sensação que não vale a pena...as pessoas que dizem «ah, não vale a pena, isto passa», nós continuamos a dizer «vale a pena ligar à guarda? Depois fica tudo em “águas de bacalhau»...”; “É boa, tem sido muito boa a nível de colaboração com os miúdos nas sessões que fazem de dinamização, de sensibilização com as crianças...”; “...quando fazemos determinado tipo de atividades a GNR participa...”; “...crianças...que têm pais da Guarda Nacional Republicana, acabam muitas vezes por ser um meio facilitador de contacto com a própria guarda...”;</p>
E5	<p>“...tem de ser sempre de alerta e de acompanhamento...”; “...chegar às escolas, os meninos verem, os alunos verem que a GNR, tal como as pessoas em si, estão a prestar um serviço que é para ajudar...”; “...sessões de esclarecimento nas escolas junto dos alunos e... junto dos pais...seria uma coisa interessante...”; “...necessidade de vigiar de controlar...”; “...sempre pela prevenção, conversa e esclarecimento para evitar essas situações...”;</p>
E6	<p>“...que é importante.”; “...a GNR tem ou deveria redirecionar alguns dos seus meios, para um trabalho mais no terreno porque não chega estar no gabinete e mandar diretrizes...”; “se calhar existe alguns elementos que poderiam fazer um trabalho mais próximo das escolas dos professores e mesmo dos alunos.”; “...era importante haver...pelo menos uma vez por período, uma reunião entre os elementos...da Escola Segura...e os elementos da escola. Não chega quando acontece alguma coisa, de repente haver uma chamada telefónica porque se calhar são coisas que se podiam ir conversando..., uma passagem com o carro, uma vinda ao recreio...”; “..telefónicos, não é a mesma coisa que a presença física no local...”; “É boa, nós não temos problemas, quando precisamos da GNR para alguma situação somos sempre correspondidos...”; “...quando precisamos, têm-nos dado sempre resposta...”; “...dão-nos sempre resposta...”; “... e as atividades com a GNR, visitas da GNR, vêm cá fazer sessões de esclarecimento...”; “...é uma articulação muito parca porque como a escola não oferece em si grandes problemas, nós praticamente não os vemos...”; “...eu penso, que alguma da atuação quer da comissão, quer da GNR, foi e poderá estar a ser, colocar em perigo alguns menores...”;</p>
E7	<p>“É um papel importante...”; “...só o facto de ser um elemento é importante...a nível da sensibilização, eles fazem ações que ajudam.”; “...mais efetivos...”; “...formação mais adequada a lidar com jovens.”; “...quando vai lá algum elemento, seja da GNR, seja dos bombeiros, qualquer atividade, eles ficam mais despertos e com uma sensibilização maior.”; “ Eu podia-lhes dizer “vocês quando andam na rua tem de ter atenção” mas se for um elemento da GNR tem outro peso.”;</p>
E8	<p>“Podem ser pessoas muito disponíveis, formadas, sensíveis...mas se são poucos e se o seu chefe diz que há ali um pico de urgência, face aquilo que é aqui a permanência que seria ideal, o subalterno tem de cumprir o que o chefe manda, portanto, tem essas limitações...”;</p>

	<p>“É ótima. Aqui é boa. O aspeto positivo é...as pessoas conhecem-se, há identificação com os objetivos, há um compromisso pessoal...”; “Seria ainda melhor se por acaso houvesse mais tempo, temos aqui muitas áreas a descoberto que não ficam trabalhadas porque não há agentes suficientes para estar aqui...”; “...a articulação é boa mas podia ser melhor. ...”;</p>
--	--